

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povofivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

Jogos de números

Deixei já de contar as trapalhadas socialistas, pois a tarefa afigurava-se inglória. Por mais rápido que as contasse haveria sempre outra. Mesmo dos mais insuspeitos vem a gralha. É obra!

Temos de tirar uma conclusão: o defeito só pode ser estrutural, isto é, não deve ter a ver com as pessoas mas com as circunstâncias do exercício do poder socialista. De outra forma como explicar que alguns dos mais reputados economistas deste país, como Constâncio e Campos e Cunha, não acertem com as contas.

Se fosse o Soares ou o Guterres, enfim! Já estaríamos habituados à falta de jeito destes ex-primeiros ministros para números. Agora do Governador do Banco de Portugal e do Professor de Economia e Ministro das Finanças não se esperaríamos "gralhas" nas contas do défice ou "rectificações" no Orçamento Rectificativo!

Como foi notado, quem avança com o rigoroso pormenor das centésimas no valor do défice, não pode vir reconhecer um erro de décimas... que correspondem «só» a algumas centenas de milhões de euros. E quem tanta indignação mostrou em relação ao Orçamento apresentado pelo anterior Governo, acusando-o de erros graves, não pode cair no mesmo erro. (Bagão está vingado!)

De tudo isto fica a ideia da forma de governar dos socialistas, atabalhoada, feita sobre o joelho, misturando improvisos e politiquices com coisas sérias: a vida dos portugueses e a credibilidade de Portugal nos mercados estrangeiros e junto dos parceiros comunitários.

Tudo isto tem consequências graves e vai acabar nos nossos bolsos! Não se pense que tudo fica apenas entre as nossas fronteiras. Basta ver como os mercados financeiros internacionais reagiram, baixando o "rating" da República, o que implica maiores dificuldades de acesso a condições de financiamento da dívida pública, com juros mais elevados. O que resultará forçosamente em mais sacrifícios para todos nós.

E não é inocente vir corrigir o valor da despesa pública, pois como Marques Mendes havia denunciado, o Governo apresentara pela primeira vez em trinta anos, um valor superior à riqueza nacional!

Sócrates quer fechar a semana desastrosa com boas notícias. Foi à esquerda o referendo ao aborto. Foi à direita o programa de investimentos. Azar: ninguém ficou contente! Talvez agora perceba que os portugueses são mais esclarecidos do que pensava e que não ficam deslumbrados com o desfilar de promessas requeentadas e agora incumpríveis, já, aliás, prometidas pelos anteriores Governos.

É tempo de acabar com jogos de números e começar de vez a governar!

«Este Rio não pode parar!»



. Autárquicas 2005: apresentação de candidatos

(Pag. 2)

. 1º Curso de Formação de Autarcas em Cascais

(Pag. 24)



Emídio Guerreiro, 1899 - 2005

«A morte do Prof. Emídio Guerreiro representa o desaparecimento de um grande democrata, um grande combatente pela liberdade. A luta pela liberdade foi mesmo a grande causa da sua vida. Fê-lo em Portugal e no estrangeiro. Fê-lo antes e depois do 25 de Abril.

Não sendo hoje militante social-democrata, o PSD recorda, todavia, o seu empenho nos valores da liberdade, da democracia e da solidariedade, no período em que exerceu a liderança do PSD (25.05.75 a 07.12.75)

No momento em que se perde um grande Português, o PSD associa-se à dor dos seus familiares e amigos e expressa a sua homenagem à memória do Prof. Emídio Guerreiro. - **Luis Marques Mendes**»

No Porto, Rui Rio apresenta a sua candidatura

Um “slogan” que não esquece: «Este Rio não pode parar!»

O grande salão do Ipanema Park Hotel – no mesmo local onde, há quatro anos, foi apresentada a tal candidatura “que não tinha possibilidade alguma de vencer” – foi pequeno para as muitas centenas de militantes e simpatizantes da reeleição de Rui Rio para a presidência da segunda cidade de Portugal, a “capital do Norte”, cidade de trabalho, o muito Leal e Invicto Porto!

Na cerimónia destacava-se a presença solidária de Luís Marques Mendes, o nosso líder nacional, que não quis deixar de, pessoalmente, demonstrar a Rui Rio como a sua candidatura é importante nestes tempos tumultuosos e difíceis, não apenas para o Porto, como para o PSD e para Portugal.

Estiveram também presentes os deputados eleitos pelo círculo do Porto, José Pedro Aguiar Branco, Paulo Rangel, Pedro Duarte e Sérgio Vieira; os Presidentes distritais do PSD e do CDS, Marco António Costa e Alvaro Castelo Branco, os Presidentes das Concelhias do Porto do PSD e do CDS, Francisco Ramos e Manuel Maio.

Dos militantes mais antigos, da fundação do PSD, acorreram à chamada Amândio de Azevedo, Albino Aroso,

criadas as condições mínimas para que quem ganhou pudesse levar a cabo o seu programa e os seus compromissos – porque foi essa a vontade do povo do Porto.

Não foi assim que aconteceu! Em boa verdade, desde a primeira hora, não faltou quem tudo fizesse para tentar boicotar a nossa governação, muitas vezes atropelando os próprios interesses da cidade. No fundo, o que durante largo tempo dominou algumas mentes, com dificuldades especiais em entender a democracia, foi o facto de nunca terem aceite a ousadia do povo, que foi a de não dar a vitória aos mesmos de sempre, ou seja, aos que se julgavam donos da cidade.

Nas palavras nunca tiveram a coragem de evidenciar taxativamente a sua profunda revolta para com a decisão popular. Mas todos os seus actos demonstraram ao longo do tempo que nunca aceitaram esse terrível “engano” do povo.

Os que assim agiram não são apenas dirigentes socialistas que se viram derrotados em 2001. A esses devemos somar, nalguns casos com comportamentos ainda mais



impondo e, hoje, é já claro para a esmagadora maioria dos portuenses - e dos portugueses, - porque não dizê-lo - os resultados da nossa persistência, e da vontade em construir um Porto mais transparente e mais justo.

Por isso, é cada vez mais claro que não adianta desprezar os interesses da cidade só para nos criar dificuldades.

Seja a vergonha socialista no Túnel de Ceuta. Seja as obras na Avenida da Boavista. Seja a construção da Pousada do Freixo. Seja a requalificação da Avenida dos Aliados. Seja a oposição ao Circuito da Boavista. Seja o Bairro Parceria Antunes ou o Centro Materno Infantil. Seja o que for!

E mais adiante, referindo a acção social que tem sido levada a cabo, citou o seu orgulho no trabalho já realizado, bem como a consciência que ainda há muito caminho a percorrer, mas «estou seguro que, daqui por quatro anos, a face do Porto vai ser bem diferente».

“Mais Solidariedade. Mais Segurança”, é o lema que vamos continuar a seguir – afirmou – pois ao tratarmos da área social, e ao contrário do que alguns possam pensar, estamos também a cuidar de toda a cidade, e em particular, da classe média. Um Porto mais seguro, é um objectivo cimeiro que temos de prosseguir.

É também neste âmbito que situamos o Programa Porto Feliz, que sendo mais conhecido pela sua acção ao nível dos denominados arrumadores, está também a actuar junto dos sem-abrigo, cumprindo a sua acção de combate à exclusão social.

Outras medidas que tomamos no âmbito da política social, e que constituem um êxito, terão de ser continuadas e reforçadas, como o apoio ao Provedor dos Cidadãos com Deficiência e a parceria com o Ministério da Justiça no âmbito dos Julgados de Paz, devendo ser reforçado o programa “A Vida é Longa” que ajuda os nossos idosos

a combater a solidão e melhora a sua qualidade de vida.

./.../ Insistiremos na prática desportiva como um elemento nuclear para o equilíbrio social e, animados pelo seu êxito, reforçaremos o programa “Porto, bairro a bairro”, como forma de levar espectáculos culturais de qualidade aos bairros do Porto e, assim, contribuir decisivamente para a sua plena integração social ./.../ vamos prosseguir esse programa (de intervenção no domínio da educação), agora com a ambição de fazer intervenções profundas em todo o parque escolar até 2009. Temos orgulho com os programas que implementamos, e que garantem que nenhuma criança acaba o quarto ano do ensino básico no Porto sem ter tido iniciação à natação, à informática, ao inglês e ao xadrez. Mesmo a recente promessa do Governo, no que concerne às refeições nas escolas, já está implementada no concelho do Porto.

Uma das mudanças significativas que já fizemos foi ao nível da política urbanística. Conseguimos aprovar um novo PDM que baixou drasticamente a capacidade construtiva na cidade e não cedemos às fortes e permanentes pressões imobiliárias.

Claro que conquistamos, assim, alguns inimigos e alguma crítica. Mas julgo que estamos no caminho correcto. Se tivéssemos chegado mais cedo à Câmara do Porto, muitos erros urbanísticos não se teriam cometido. Chegamos, talvez, um pouco tarde, mas, naturalmente, a tempo de preservar o que temos. O objectivo tem de ser o de defender o desenvolvimento e a qualidade de vida. Os que têm objectivos de outra natureza não terão dificuldades em ser felizes noutros concelhos do nosso País. E a esses recomendo-lhes que não percam tempo na escolha. ./.../ A nossa prioridade é a reabilitação da Baixa ou seja a reabilitação do que o Porto tem de



Paulo Mendo e o mandatário da coligação «Pelo Porto, uma vez mais» (como já o tinha sido da primeira candidatura de Ricardo Rio) Miguel Veiga.

Foi, aliás, Miguel Veiga que, numa ocasião de poucos discursos, apresentou a candidatura, seguindo-se (e a terminar) o próprio Rui Rio, que disse, após ter cumprimentado os presentes:

Há quatro anos iniciamos nesta mesma sala uma caminhada vitoriosa que levou a uma ruptura política profunda no Porto.

Era suposto, 30 anos depois de 25 de Abril, que essa vitória fosse democraticamente aceite, e que fossem

cenuráveis do ponto de vista democrático, gente que nunca aceitou perder os especiais privilégios e as especiais protecções que tinha na Câmara do Porto - fenómeno que existia a diversos níveis e em diversas áreas da sociedade. Não faltou, também, quem na comunicação social, por mera antipatia pessoal ou por manifesto jogo político, tudo tivesse feito para procurar manipular a informação, de forma a que os portuenses adquirissem uma imagem distorcida das nossas opções e da nossa actividade.

Por isso, o caminho não foi simples. Mas, à medida que o tempo foi passando, a força do trabalho foi-se

melhor. Neste primeiro mandato conseguimos que em Portugal houvesse legislação específica, criamos a Porto Vivo, definimos os incentivos fiscais, fizemos os estudos base, e arrancamos com os projectos-piloto. A reabilitação da Baixa é um processo em andamento que já não pode parar.

/.../ Outra das áreas que temos de continuar a privilegiar, é a área da mobilidade. Com a inauguração da primeira linha de Metro, os reguladores de trânsito na VCI, a conclusão das inúmeras obras abandonadas que existiam no Porto em 2001, e algumas obras estruturais com especial destaque para a resolução do problema do nó de Francos, os indicadores demonstram que o trânsito teve algumas melhorias na cidade do Porto.

No entanto, o objectivo principal não pode ser esse. O primeiro objectivo na política de mobilidade tem de ser o da eficácia dos transportes públicos. Nesse sentido continuaremos a forte aposta que temos feito no Metro, mesmo contra a vontade de alguns. /.../ A revolução que o Metro irá fazer na cidade, já neste ano de 2005, conjugada com a reforma que a STCP está a preparar, irá melhorar de forma notável a mobilidade na cidade. Falta a Autoridade Metropolitana de Transportes começar a trabalhar, o que ainda não fez, apesar de ninguém perceber bem porquê.

/.../ Uma das vertentes estratégicas da nossa economia urbana tem de ser o Turismo. Temos condições únicas para o conseguir e para o potenciar como motor dinamizador da vida económica da cidade. Uma notável frente marítima. Uma frente fluvial que já está a dar passos seguros. A classificação como Património da Humanidade. A



reabilitação da Baixa já em andamento. A excelente interligação com a Galiza. Um aeroporto em expansão. O projecto de valorização turística de todo o vale do Douro. E um conjunto de equipamentos culturais que nos distingue pela positiva, onde a Casa da Música assume particular relevo.

Temos de ser capazes de articular todos estes aspectos e fazer do Porto um destino turístico de qualidade. /.../ Depois do esforço feito, não é, seguramente, inteligente não se procurar maximizar a capacidade instalada em termos de equipamentos culturais.

Também não nos esqueceremos de inscrever no nosso programa a aprovação da Pousada do Freixo que, sem qualquer razão lógica, a oposição resolveu, teimosamente, chumbar por duas vezes.

Há quatro anos quem não fizesse o discurso baírrista e do Porto oprimido e explorado era visto como alguém vendido à capital e que não era fiel à sua cidade. Seguir caminho inverso e fazer um discurso mais racional e mais elevado não era seguir o caminho mais fácil.

Só que, em minha opinião, seguir a via mais populista, era prejudicar o Porto. Era diminuí-lo e retirar-lhe a dimensão nacional que ele tem de ter. O Porto tem de se afirmar pela positiva e pelo seu valor. O discurso político que nesta matéria implementei, constituiu mais uma ruptura que, não tendo sido ainda completamente absorvida, conta já hoje com uma clara compreensão por parte da maioria das pessoas de bom senso. /.../ esta inversão de mentalidades é uma vitória da segunda cidade do País, e constitui motivo de orgulho para todos os que se bateram por ela.

/.../ A par da afirmação interna, o Porto deve continuar a sua afirmação internacional aos mais diversos níveis. A aposta no Eixo Atlântico, como forma de aproximação política, cultural e económica entre o Norte de Portugal e a Galiza, a participação no Comité Executivo das Eurocidades, a estreita ligação a Cabo Verde e a participação na Rede Mundial dos Grandes Vinhedos devem continuar a ser vertentes estratégicas fundamentais.

/.../ Não governámos o Porto pensando no que é melhor para o seu futuro, mesmo quando as medidas levadas a cabo podem não ter a imediata compreensão da maioria. É assim que

se credibiliza a política e se defende o interesse colectivo. Não seria difícil ter as eleições praticamente ganhas no fim do primeiro mandato. Bastava ter evitado medidas polémicas, ter distribuído taticamente mais alguns subsídios, e deixar que a agenda mediática determinasse a acção política. Quem assim age, perderá no futuro, mas no curto/médio prazo consegue sempre a paz.

Porque não foi assim, é claro que, independentemente das sondagens, as eleições não estão ganhas à partida. E isso constitui, justamente, motivo de orgulho e uma marca pessoal que me satisfaz. É sinal que não trilhamos o caminho fácil. É sinal que trilhamos o caminho da verdade e da frontalidade.

Se o povo quiser que a nossa acção continue, estou disponível para continuar um projecto que quero que transforme o Porto numa cidade mais justa e com cada vez melhor qualidade de vida. Não seria eticamente correcto ter marcado tanto a diferença relativamente ao passado e, acima de tudo, à forma tradicional de fazer política em Portugal, e depois não dar ao povo a oportunidade da escolha. /.../ Em minha opinião, o próprio estado a que o País chegou, justamente pela forma de governar que pessoalmente rejeito em absoluto, aconselha-me a recandidatura.

No entanto, aqueles que criticam a minha determinação em garantir o equilíbrio das finanças públicas, dizendo que temos um contabilista à frente da autarquia, têm, em Outubro, uma excelente oportunidade para escolherem alguém mais gastador e mais coincidente com os tempos modernos. Alguém que prossiga esta excelente política denominada anti-económico e que garanta um bom défice e muita despesa pública!!!

/.../ Estou convencido que iremos ganhar, por ser esse o desejo do povo do Porto. Estou convencido que a sabedoria popular é mais inteligente que os obstáculos que propositadamente têm sido colocados no nosso caminho para tentar evitar que se conclua o trabalho iniciado, e bem mais inteligente do que os que estão permanentemente a publicar meias verdades para tentar enganar as pessoas.

É por isso que o Porto merece o nosso esforço, a nossa dedicação e o nosso empenho. Por isso, "Pelo Porto, uma vez mais"...

Assim Rui Rio terminou a sua apresentação, e ainda apresentou simbolicamente o primeiro "outdoor" da candidatura, colocado à porta do hotel, cujo "slogan" é «Este Rio não pode parar»

O candidato foi efusivamente cumprimentado por todos, começando pelo Presidente do Partido, Luís Marques Mendes, tendo os dois homens ficado unidos por um forte abraço de amizade e solidariedade. – **Fonte e fotos, Gab. Candidatura Rui Rio**



Em Almada

O líder do PSD apresenta a candidatura de Roque de Oliveira à autarquia daquele Concelho



No passado dia 27 de Junho, decorreu o jantar de apresentação da candidatura do PSD à Câmara Municipal de Almada de Pedro Roque Oliveira, com a presença do líder do nosso Partido, Luís Marques Mendes.

Pedro Roque da Cunha tem 42 anos, é Licenciado em História, tem uma pós Graduação em Ensino, é Professor do Ensino Secundário e possui também um Mestrado em Comunicação Educacional Multimédia.

É Vice Secretário-Geral do Sindicato Democrático dos Professores, foi Deputado à Assembleia da República na IX Legislatura, e Coordenador dos Deputados do Grupo Parlamentar do PSD na Comissão Parlamentar de Trabalho e Assuntos Sociais.

É membro do Secretariado Nacional Executivo dos TSD – Trabalhadores Social-Democratas, Presidente do Secretariado Distrital de Setúbal dos TSD – Trabalhadores Social-Democratas, Presidente da Comissão Política da Secção de Almada do PSD e Deputado Municipal à Assembleia Municipal de Almada.

Compareceram ao jantar, quase 500 simpatizantes e militantes do nosso Partido, e além de Marques Mendes, registou-se a presença do Secretário-Geral Adjunto, Jorge Paulo Roque da Cunha; do vice-presidente do Grupo Parlamentar, Miguel Frasquilho; do Secretário-geral dos TSD, Arménio Santos; do Presidente da Comissão Política Distrital, Luís Rodrigues; do Presidente da Comissão Política

Distrital da JSD, Nuno Matias e também de Miguel Salvado, Presidente da JSD concelhia; do Mandatário Concelhio da Campanha, José Nascimento, do candidato a presidente da Assembleia Municipal, Domingos Duarte Lima; da ex-governadora Civil, Maria Mercês Borges; da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD, Fátima Resende e ainda dos candidatos do PSD às Câmaras Municipais de Moita, Luís Nascimento; do Barreiro, Bruno Vitorino; de Santiago do Cacém, Pedro do Ó Ramos e de Setúbal, Fernando Negrão.

No jantar foram também apresentados os cabeças-de-lista às 11 freguesias do concelho de Almada.

Roque da Cunha, no seu discurso, afirmou que, mais de uma apresentação de candidatura, esta ocasião é, acima de tudo, um encontro de amigos e de companheiros.

“De velhos amigos nalguns casos, mas sobretudo daqueles que nos honram com a sua participação e que, tal como nós perfilham de um ideal para a nossa terra, Almada, necessariamente diferente daquele que tem sido trilhado até agora e que tem passado ao lado de um efectivo desenvolvimento capaz de conferir a todos os que aqui vivem uma verdadeira qualidade de vida”.

E mais adiante, disse: “...ser do Partido Social-Democrata em Almada, terra do Distrito de Setúbal, ao longo destes anos (e estão aqui algumas das caras fundadoras do Partido em Almada) foi, acima de tudo, uma afirmação de diferença, uma postura de

carácter, sobretudo no passado, um acto de verdadeira coragem cívica, moral e até física.

“Que nos perdoem os nossos companheiros de outros distritos: mas ser do PSD em Almada e em Setúbal pela dificuldade de que se reveste apenas nos valoriza convertendo-nos numa espécie de “teimosos resistentes”, mas possuidores de um ideal inabalável nas nossas cores e nos ideais da social-democracia e do reformismo em que profundamente acreditamos e pelos quais sempre nos batemos nas mais diversas ocasiões e circunstâncias”.

Quanto ao desenlace das eleições próximas, lembrou que “a vitória é difícil, mas pode ser alcançada. Este tem de ser o nosso objectivo inabalável em prol de Almada e dos almadenses, já que o resultado que almejamos e para o qual nos iremos bater como todas as nossas forças é meramente instrumental face ao nosso projecto e o seu significado para Almada”.

Dedicou uma palavra aos órgãos distritais do Partido “que têm sabido efectuar um trabalho atempado e sistemático de escolha das melhores candidaturas para que possam oferecer, acima de tudo, credibilidade.

dos seus interesses.

É deste modo que se valoriza a política em Portugal e é este um dos grandes contributos do PSD”.

Agradeceu também aos Trabalhadores Social-Democratas, “... estrutura autónoma do PSD, que nos orgulhamos de presidir no Distrito de Setúbal, que com o seu empenho e o seu apoio nos ajudaram a decidir avançar com esta candidatura” e porque Almada e Setúbal são também e acima de tudo, terras de trabalho e de trabalhadores, importa que se reforce esta matriz laboral da nossa candidatura que não é de esquerda, mas também está muito longe de ser de direita, configurando-se como uma candidatura ao bom estilo do PSD, isto é, verdadeiramente social-democrata”.

Salientou depois o papel do Partido a nível nacional, por “intermédio da nova liderança que saiu do seu XXVII Congresso realizado este ano em Pombal” e dirigindo-se ao Presidente, afirmou que “em Almada, um pouco como por todo o Distrito de Setúbal, sempre reclamámos da Direcção Nacional um apoio efectivo, que se consubstanciasse em mais do que retórica.



“É muito importante que os eleitores, seja em Almada, seja no Distrito, seja em qualquer município de Portugal, possam reconhecer nos candidatos propostos pelo Partido Social-Democrata, pessoas cuja idoneidade está acima de toda a suspeita em quem podem confiar a representação

“Destas vezes tudo foi diferente: o partido, não rejeitando o simbolismo (e a sua presença é disso testemunho) vai mais além e concretiza de forma material esse apoio o que nos permitirá, na medida do possível, dar visibilidade às nossas propostas e ombrear, desse modo com as principais candidaturas

nossas adversárias.

“Bem-haja por isso, caro amigo e companheiro!”

Já na parte final do seu discurso, fez uma resenha dos objectivos estratégicos e táticos da candidatura e terminou manifestando a sua “vontade de fazer diferente mas, sobretudo, de fazer melhor por Almada e pelos almadenses!”, sublinhando que “Sabemos estar à altura da responsabilidade de governar esta autarquia e temos a certeza que o faremos melhor, com menos alarido e propaganda, mas sobretudo com mais trabalho e empenho em prol do concelho e da melhoria da qualidade de vida de quem aqui vive”.

Exortações e palavras de encorajamento de Marques Mendes

De salientar das palavras com que o nosso Presidente, Luís Marques Mendes, encerrou a cerimónia de apresentação, foi o forte estímulo a esta candidatura, num dos mais difíceis Concelhos de um dos mais difíceis Distritos...

Marques Mendes traçou o perfil do candidato, que se enquadra perfeitamente nas definições éticas e políticas que o nosso Partido vem traçando.

Trata-se de um candidato “dedicado

e forte”, que declarou “conhecer muito bem”, visto que com ele tinha trabalhado intensamente, durante a anterior legislatura, quando Roque de Oliveira coordenava os deputados do PSD na Comissão de Saúde e Trabalho e Marques Mendes era Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Instando o Candidato a uma campanha alegre e de verdade, sem prometer mais do que possa vir a cumprir, o Presidente do PSD afirmou que “é o PS, o partido que mais promessas fez, para de imediato, após as eleições, começar a fazer o oposto do que tinha prometido.

Teceu ainda severas críticas ao recém

apresentado Orçamento Rectificativo e das “rectificações” que o mesmo terá de sofrer em virtude da divergência entre os valores declarados no PEC para a despesa pública e os declarados no Orçamento Rectificativo e o erro na contabilização das despesas de capital – transferências de dinheiros para empresas – no valor de mais de 700 milhões de euros.

Terminou com palavras de confiança e incitação a uma luta que é “muito difícil”, mas que por isso mesmo é talhada à medida do candidato e do PSD, “um Partido que, quanto maiores são as dificuldades, mais se sabe erguer à sua altura!” – **PL, Gab. Campanha, fotos Natércia Barreto**

Marques Mendes em Odivelas

Na apresentação da candidatura de Fernando Ferreira



Na apresentação, no dia 28, pelo Presidente do PSD, Luís Marques Mendes, da candidatura de Fernando Ferreira à Câmara Municipal de Odivelas, estiveram presentes a vice-Presidente Paula Teixeira da Cruz, o Secretário-Geral Miguel Macedo, Teresa Zambujo, Vasco Rato e o presidente nacional da JSD, Daniel Figueiro.

A cerimónia desenrolou-se no pavilhão polivalente, em Odivelas e Fernando Ferreira, no seu discurso, teve como primeira frase uma declaração essencial: «Amo Odivelas!».

Nas razões complementares da sua candidatura, que tem «raízes no passado, trabalho no presente e visão para o futuro», apontou querer «dar um presente ao futuro, ao nosso futuro colectivo e por isso me candidato a Presidente da Câmara Municipal».

Garantiu que as equipas que apresentará, contarão com as capacidades e experiência da esmagadora maioria dos autarcas em funções, mas apostando na juventude, na

renovação das equipas e no espírito de acolhimento aos muitos independentes, em mulheres e jovens mulheres, que terão têm «uma presença significativa no nosso projecto, não em função de quotas mas devido aos méritos, qualidades e capacidades já demonstradas e agora colocadas ao serviço de Odivelas e dos Odivelenses».

Mais adiante, lembrou que os quatro objectivos fundamentais da reestruturação municipal são: o rigor na gestão municipal, a rapidez na gestão municipal, a transparência na gestão municipal e a eficácia da gestão municipal.

Com isto, poderá conseguir-se melhorias no serviço prestado aos munícipes, libertando simultaneamente recursos financeiros para obras ou equipamentos, sempre no sentido da elevação dos níveis de qualidade de vida dos munícipes, das empresas e instituições.

«Vou transformar» – disse - «a forma de viver no concelho, devolvendo a cidade às pessoas, de modo a que os

automóveis dêem lugar aos peões, com menos ruído e menos poluição atmosférica».

Simultaneamente, quer «dar a mão ao nosso comércio tradicional», licenciando em 30 dias as novas esplanadas e qualquer loja que se queira instalar; apostar na requalificação urbana, olhando e resolvendo problemas dos bairros de raiz clandestina; apoiar os jovens, oferecendo 10 bolsas de mérito anuais no valor de 4.000 Euros cada, para os melhores estudantes universitários do concelho e oferecendo estágios remunerados na área do urbanismo, arquitectura, engenharia alimentar e engenharia do ambiente.

Outra preocupação reside na área dos serviços municipalizados de água e de saneamento e da criação de transportes municipais inter-freguesias, que levem as pessoas aos centros de saúde, escolas e terminais de metro e percorram o interior dos bairros do concelho, onde a Carris e a Rodoviária já não vão.

Jardins de infância públicos, melhoria do estacionamento bem como a promoção, pela autarquia, de torneios

de formação desportiva inter - escolas e/ou inter – freguesias, são outros aspectos a considerar e a concretizar.

A terminar, afirmou que «Este é um daqueles momentos de mudança em que sentimos a presença da História. A História que queremos escrever, convosco, unidos no projecto pela convicção e pela esperança. O momento do tudo ou nada!»

«Aqui me têm. De corpo inteiro e na primeira pessoa. Aqui me têm: um de vós!»

Marques Mendes confia na vitória

O Presidente do Partido, Marques Mendes manifestou a sua confiança na vitória do PSD, salientando que o maior trunfo da candidatura era ter um projecto sério para Odivelas, protagonizado por gente séria, fiável e dedicada à terra. Definiu Fernando Ferreira como «um homem do tipo antes quebrar que torcer» e afirmou que o candidato «conhece o concelho melhor do que ninguém e é a



peessoa certa para escolher os mais capazes para governar Odivelas», pois «a vida política está farta do clientelismo e os políticos estão desacreditados» e é necessário inverter essa situação».

Marques Mendes lembrou o seu contributo para a criação do Município, enquanto Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, bem como a necessidade de se encontrarem soluções alternativas à gestão caótica do PS, na área metropolitana de Lisboa.

O líder do nosso Partido, assenta a sua convicção na vitória em dois factores, adicionais: as sondagens, que são animadoras; e as trapalhadas constantes e falta de seriedade do partido socialista e do governo que por ele é apoiado.

Por outro lado, que o Programa Eleitoral para Odivelas estava bem pensado e que tinha as pessoas no seu

centro, ou seja, que era feito para os cidadãos e para a melhoria da sua qualidade de vida.

Marques Mendes explicou a razão da sua presença em Odivelas, lembrando a impossibilidade de «ir a todos os concelhos do País, logo, vou àqueles onde o combate político se afigura mais difícil».

Referiu-se elogiosamente à JSD local e sublinhou a importância do partido «se abrir ao exterior, às pessoas sem militância activa, no concelho mais jovem de Portugal».

E, com alguma ironia nas palavras, teve ainda palavras do maior apreço para com Manuel Vargues, que na hora da saída «merece respeito pela dedicação evidenciada, isto apesar de não ser outra vez candidato ou ter sido forçado a não se recandidatar». – **Gab. Candid. Odivelas, fotos Natércia Barreto**



“Contrato Político” em Braga

Os candidatos à autarquia assinaram um “Contrato Político” com a juventude, para valer após a vitória nas eleições

As estruturas de juventude dos Partidos que constituem a Coligação “Juntos por Braga”, liderada pelo PSD, promoveram na sexta-feira, dia 1 de Julho, no Restaurante Panorâmico da Universidade do Minho, um jantar de apoio à candidatura da Coligação “Juntos por Braga”, em que participaram quase duas centenas de jovens ligados a essas estruturas.

Na ocasião, o candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga e Presidente da Concelhia bracarense do PSD, Ricardo Rio, subscreveu um Contrato Político com a Juventude, através do qual se comprometeu a incorporar no seu Programa de Acção propostas que dão resposta às legítimas aspirações dos jovens Bracarenses e que resultaram de um amplo processo de auscultação desenvolvido por estas estruturas de Juventude.

O “Contrato” começa por estabelecer que a população jovem de Braga reunia, de acordo com os Censos de 2001, cerca de 57.000 cidadãos com menos de 25 anos, dos quais mais de 26.000 se encontravam na faixa etária dos 14 aos 25 anos.

Braga mantém assim uma estrutura demográfica em que a população jovem assume um peso considerável (superior aos 35%), o que coloca particulares desafios à Gestão Municipal na resposta aos anseios deste segmento da população;

As Políticas de Juventude promovidas pela Câmara Municipal de Braga pararam no tempo e deixaram de se direccionar para uma comunidade jovem. A afinidade dos candidatos desta

Coligação com as premissas assumidas pelas propostas e vectores estratégicos de uma nova Política de Juventude conduziu à assunção pública do compromisso de dar sequência a esta nova Política, mediante a subscrição de um Contrato Político com a Juventude.

Assim, os futuros autarcas eleitos pela Coligação “Juntos por Braga” comprometem-se a implementar esta nova Política após a sua eleição em Outubro próximo, através da definição de um Plano Municipal para a Juventude, a concretizar em 8 anos.

A Política de Juventude /.../ deve orientar-se para a garantia da qualidade da formação humana, científica e pessoal dos jovens do Concelho; da empregabilidade da população jovem, quer no acesso ao primeiro emprego, quer no estímulo ao empreendedorismo; no acesso à habitação, para diferentes estratos económicos e nas diferentes Freguesias fora do perímetro urbano.

Também os candidatos se comprometem à promoção da Saúde, através do fomento da prática desportiva, do combate às dependências (álcool, tabaco, estupefacientes, etc.), do acompanhamento da sexualidade juvenil e da requalificação ambiental; à disponibilização de equipamentos de lazer, a criação de oportunidades de ocupação de tempos livres e o fomento da produção e acesso à cultura; ao incentivo à participação cidadã, pela dinamização das estruturas consultivas da Autarquia compostas por jovens, pelo estímulo ao voluntariado jovem e pela sua formação cívica e política.

Os contratantes comprometeram-se a que, sob a direcção geral do Pelouro da



Juventude da Autarquia, alguns organismos autónomos devem ser criados ou dinamizados por forma a melhor suportar a prossecução do Plano Municipal para a Juventude. Integram-se neste o Conselho Municipal da Juventude; o Gabinete de Apoio e Informação ao Jovem; a Casa da Democracia.

(Seguem-se as funções e estatuto operacional dos futuros Conselhos de Juventude; a definição do Gabinete de Apoio e Informação ao Jovem e da Casa da Democracia)

A Autarquia deverá promover a Certificação de Qualidade das Escolas – validando a qualidade dos estabelecimentos de ensino do Concelho, no plano material e imaterial; atacar o Insucesso Escolar, avaliando os seus factores determinantes, promovendo Escolas de Verão, apostando nas Novas Tecnologias da Informação.

Serão celebrados Protocolos de

Estágios na Câmara Municipal e nas Empresas Municipais, quer de cariz profissionalizante, quer como “empregos de Verão” com as Universidades e Escolas de Formação Profissional implantadas no Concelho de Braga e criados Programas Locais de Incentivo ao Emprego e à Criação de Empresas, mediante o recurso à fiscalidade municipal e a outros serviços complementares;

Contempla-se a criação de um verdadeiro “Parque da Cidade”, onde se possa praticar desporto, conviver, aprender, desfrutar do espaço verde envolvente, mediante a recuperação do Parque da Ponte e criação da Zona Jota, um espaço lúdico e de divertimento composto por um conjunto de bares e restaurantes e de outras infra-estruturas ligadas aos jovens, onde estes possam marcar os seus pontos de encontro, passar agradáveis momentos de convívio e desviar o aparecimento de algum potencial ruído para fora do centro da

cidade. Esta zona deverá merecer um especial investimento na segurança e no acesso através de transportes públicos que circulem durante toda a noite;

Será aperfeiçoado ou criado de raiz um sistema de aproveitamento dos espaços nobres da cidade, monumentais e paisagísticos para a apresentação de espectáculos das mais diversas artes, desde a música até à literatura, de livre acesso para a população; será estabelecida a Semana Municipal da Cultura e o Parque das Artes.

No plano do incentivo à participação cidadã, figura a realização de iniciativas que visam levar às escolas os políticos em geral, e os responsáveis do município em especial, para estes falarem com os estudantes, mostrem o que fazem e transmitirem a mensagem importantíssima sobre porque é que é decisivo os jovens não se divorciarem da vida cívica;

A autarquia deverá assumir uma atitude dinâmica na promoção do contacto entre os jovens e a União Europeia, explicar aos jovens o que é a União, qual a sua história, as oportunidades que ela pode dar aos cidadãos e, muito importante, como é

que aquilo que se passa nas várias instituições da União influencia o dia-a-dia de todos nós.

Este “Contrato Político” entra em vigor no primeiro dia após as Eleições Autárquicas de 2005, vigorando por um prazo de oito anos, devendo ser regularmente revisto e renovado, atendendo às novas circunstâncias políticas, económicas e sociais. – **PSD/Braga**

A guerra dos cartazes ganha pelo PSD

Na sequência das denúncias efectuadas pela Coligação, “Juntos por Braga”, relativas à intenção de remoção de cartazes pela Câmara Municipal de Braga e à consumada remoção de estruturas de colocação dos mesmos, intentou o Partido-Social Democrata uma Acção no Tribunal Administrativo de Braga, solicitando a emissão de uma Providência Cautelar para suspensão de eficácia do acto administrativo, que precavesse a concretização de tais intenções.

Tal Providência Cautelar foi deferida liminarmente por este Tribunal no

decurso da tarde de 20, tendo a Câmara Municipal de Braga sido notificada de tal decisão às 17:31 do próprio dia.

Posteriormente, recebeu o Partido Social-Democrata uma comunicação do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Braga, através da qual se dá conhecimento da emissão de novo despacho que anula o anterior despacho do Presidente da Câmara sobre esta matéria.

O Partido Social-Democrata congratula-se também pela remoção pelo PS dos outdoors do Partido Socialista que estavam implantados no passeio próximo da Igreja de Ferreiros, em clara violação da Lei e do Regulamento Municipal.

A comunicação da Câmara

O teto da Câmara de Braga, emitido pelo Gabinete de Apoio à Presidência e dirigido ao Presidente da Comissão Concelhia do Partido Social-Democrata, afirma: «Encarrega-me o Senhor Presidente da Câmara de transmitir a V. Ex.^ª o seguinte despacho por si proferido em 05/06/27:

«Em face das notícias publicadas acerca da presente notificação nas quais o Partido Social-Democrata pretende transformar-se em vítima, anulo o acto a que se refere esta notificação.

«Informe-se o Partido Social-Democrata desta minha decisão e informe-se ainda que, em nosso entender, os painéis colocados nos interiores das rotundas, de grandes dimensões, podem constituir perigo para a segurança rodoviária.

«No caso de eventuais acidentes a Câmara declinará qualquer responsabilidade, podendo a mesma ser imputada ao Partido Social-Democrata.»

Um “post-scriptum” divertido...

Já depois do PSD/Braga ter recebido esta nota, a campanha do PS colocou um cartaz ao lado de um “outdoor” do PSD, que – vistas as coisas – se assemelha curiosamente a um apoio à candidatura do nosso partido, e a um reconhecimento do amor do nosso candidato à sua cidade. Não resistimos a reproduzi-lo aqui. – **CPS/PSD/Braga**

Marques Mendes em Albergaria-a-Velha

«Determinação, energia e a motivação de sempre, com vontade de bem servir a comunidade»

No passado dia 2 de Julho, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha, foram apresentados, em sessão pública, os candidatos do PSD às próximas eleições autárquicas. A cerimónia contou com a presença do líder do partido, Marques Mendes, e do Presidente da Distrital de Aveiro, Ribau Esteves. Confiando na reeleição de João Agostinho Pinto Pereira, o líder do partido social-democrata destacou as qualidades humanas do autarca, «continue a trabalhar com humildade, honestidade e sobriedade pelo seu Concelho, porque o povo vai recompensá-lo nas urnas, até porque estará a fazer justiça a um dos melhores presidentes de Câmara de Portugal».

Na sua intervenção, João Agostinho, Presidente da Câmara Municipal e candidato a novo mandato, disse «assumir a (sua) recandidatura à presidência da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha com a determinação, a energia e a motivação de sempre, com vontade de bem servir a comunidade; desta vez, aliada à experiência, agora mais enriquecedora, do exercício da Presidência da Câmara Municipal, desde Janeiro de 2002, e a de outras funções e cargos, políticos e de gestão, ao nível de Associações de

Municípios, concluindo que «é minha convicção de que a política deve ser feita para as pessoas, deve ser exercida com as pessoas, de forma a ser mobilizadora, consequente, e geradora de melhor qualidade de vida. A política só faz sentido quando está ao serviço das pessoas!»

Sob o slogan da campanha «Conte connosco, nós contamos consigo», foram apresentados os líderes aos restantes órgãos autárquicos. Assim, para a Assembleia Municipal, surge Rogério São Bento Camões, o decano dos autarcas concelhios, que desde 1976 foi sempre eleito para a Câmara ou para Assembleia Municipal; às Juntas de Freguesia, o PSD apresenta os seguintes candidatos: Albergaria-a-Velha, José Manuel Torres e Meneses; Alquerubim, Carlos Manuel Moreira Branco; Angeja, António Nunes de Almeida; Branca, Fernando Soares Ferreira; Frossos, Óscar Manuel Rodrigues Pinho; Ribeira de Fráguas, José António Pinho Laranjeira; São João de Loure, Adalberto Mónica Póvoa, e Vale Maior, Pedro Marques da Silva.

José António Piedade Laranjeira, actual presidente da Assembleia Municipal, é o mandatário concelhio e Fausto Miguel Meireles o Director de Campanha do PSD – **Gab. Camp. Albergaria**



Autárquicas 2005

O Presidente do Partido em Vila Real

Na apresentação dos candidatos distritais, Marques Mendes denuncia os sacrifícios desmedidos e inúteis, pedidos pelo Governo PS a Portugal e aos Portugueses

O líder do PSD, Marques Mendes, marcou presença, no passado sábado, na sessão oficial de apresentação dos autarcas sociais-democratas que vão concorrer às catorze Presidências de Câmara do Distrito de Vila Real, nas próximas eleições Autárquicas.

Quando Marques Mendes chegou ao Cine-Teatro de Vila Pouca de Aguiar, foi recebido entusiasticamente por uma sala completamente cheia, tendo a assistência extravasado para o exterior.

O Presidente da Comissão Política Distrital de Vila Real do PSD, Fernando Campos, teve uma intervenção crítica a certas acções do Governo e ao PS, aludindo ao caso que envolveu o actual Secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões.

Afirmou que “Os nossos candidatos não têm problemas nem vergonha das suas origens, da sua história e do seu percurso e estão sempre de cara levantada, o que não aconteceu com responsáveis de outros partidos que acham que a sua origem humilde deve ser escondida, nem que para isso tenham que retirar jornais de circulação”.

Fernando Campos criticou ainda o Ministro da Agricultura pelo seu despacho de 15 de Junho último, referente ao Programa Agris, alegando que o mesmo impõe um conjunto de restrições gravosas para os agricultores de Trás-os-Montes e



“impede que os mesmos se candidatem aos fundos do Programa Agris”, o que considerou ser “uma discriminação negativa”. Aliás, sobre esta matéria, os Deputados Parlamentares do PSD, Adão e Silva, Ricardo Martins e Rosário Águas, já interpuseram na Assembleia da República, ao titular da pasta da Agricultura, uma série de questões.

Intervenção de Marques Mendes

Reforçar o número de Câmaras

Municipais, governadas pelo nosso Partido em Portugal, foi o desejo manifestado por Marques Mendes no seu discurso, no qual o líder dos sociais-democratas voltou a atacar o Governo, resumindo as suas críticas em três pontos essenciais.

1 - Em primeiro lugar, deitou por terra e está a fazer o contrário de tudo o que prometeu durante a campanha eleitoral.

2 - Em segundo lugar, o Governo está a pedir sacrifícios desmedidos ao país, aumentando os impostos, de uma forma injusta, claramente ao

contrário do que tinha garantido, o que é mau para as empresas, para o turismo e para a competitividade da nossa economia.

Em Espanha, os impostos são mais baixos e com estes aumentos, a nossa competitividade económica é cada vez mais reduzida”, sublinhou, para rematar. 3 - Por fim, foram tomadas estas medidas mais recentes, que atacam os funcionários públicos, enquanto o Estado continua a ser engordado”.

Os Candidatos

No distrito de Vila Real, o PSD concorre às eleições de Outubro em coligação com o CDS/PP nos municípios de Vila Pouca de Aguiar, Alijó, Montalegre e Ribeira de Pena. Os actuais presidentes das Câmaras de Vila Real (Manuel Martins), Valpaços (Francisco Tavares), Vila Pouca de Aguiar (Domingos Dias), Sabrosa (Orlando Vaz), Ribeira de Pena (Agostinho Pinto), Mesão Frio (Marco Teixeira), Chaves (João Batista) e de Boticas (Fernando Campos) vão recandidatar-se.

Nos restantes concelhos, o PSD avança com Miguel Rodrigues, em Alijó, Costa Leite, em Murça, Paulo Prior, em Santa Marta de Penaguião, Adelino Bernardo, em Montalegre, e Nuno Gonçalves, no Peso da Régua.

Falta apresentar o candidato à Câmara de Mondim de Basto. – **Gab. CPD/PSD/Vila Real**



Em Matosinhos

Com o Presidente do PSD,
João Sá apresentou a candidatura “Matosinhos Feliz”

João Sá apresentou a candidatura do PSD à presidência da Câmara Municipal de Matosinhos no passado dia 30 de Junho. A apresentação contou com as presenças do Presidente do partido, Luís Marques Mendes, dirigentes e autarcas social-democratas do distrito do Porto.

A candidatura do PSD garantiu união e uma forte aposta em João Sá para conquistar a autarquia de Matosinhos, liderada pelo PS há quase 30 anos.

Não foi por acaso que a cerimónia decorreu, ao final da tarde, na zona exterior da nova Biblioteca Florbela Espanca, que fica virada para o edifício dos Paços do Concelho de Matosinhos. Foi com este cenário de fundo, que o líder distrital, Marco António Costa, lançou a candidatura de João Sá como um projecto vencedor e supra-partidário, destacando sobretudo as qualidades profissionais, políticas e pessoais do cabeça-de-lista da coligação “Matosinhos Feliz”, apoiada pelo PSD e pelo CDS.

“Com João Sá, o PSD tem agora todas as condições para ganhar a câmara de Matosinhos” afirmou Marco António Costa.

O candidato social-democrata à autarquia, João Sá, salientou a perda de importância de Matosinhos no contexto da Área Metropolitana do Porto, nomeadamente em relação a Gaia e Maia, e criticou a política ambiental seguida nos últimos anos.

“É impensável que um concelho como Matosinhos, com a tradição balnear que sempre teve nesta região, não promova a qualidade das suas praias e tenha apenas uma bandeira azul. Este facto indicia claramente uma ausência de estratégia em matéria ambiental, em comparação, por exemplo, com o magnífico trabalho desenvolvido em Gaia nos últimos oito anos”, disse.

Esta é, por isso, uma das grandes bandeiras da campanha do candidato laranja, a par do desenvolvimento económico estratégico, revelando que vai apresentar um plano integrado que aproveite e potencie as sinergias do

Porto de Leixões, do Aeroporto Francisco Sá Carneiro e a Exponor.

A melhoria da rede de acessibilidades e o combate ao desequilíbrio entre o Litoral e o Interior do concelho, são também prioridades de João Sá.

“Queremos as dez freguesias de Matosinhos a desenvolver-se à mesma velocidade”, afirmou o candidato.

Quanto à campanha eleitoral, João Sá garantiu “serenidade” e uma atitude que não vai apostar em ataques pessoais ou “discussões estéreis sobre o passado”, salientando que “os matosinhenses sabem que em Outubro próximo, se fecha um ciclo político” para dar lugar a “novos tempos e novas ideias”, tal como diz o slogan da campanha.

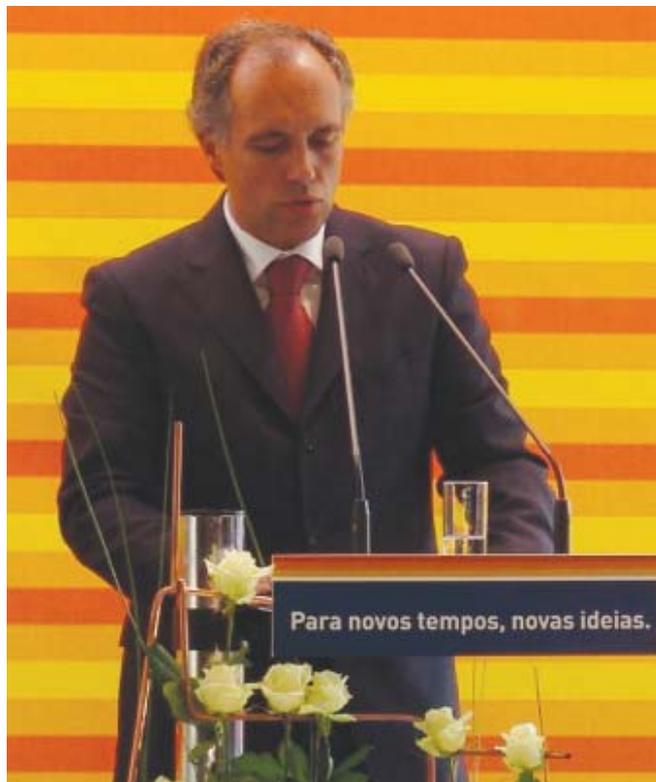
O candidato, que preside actualmente a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, sublinhou ainda a sua experiência profissional, como economista em empresas e no sector financeiro, a par da experiência autárquica e política na Assembleia da República, onde entre outras funções, foi Presidente do Conselho de Administração do Parlamento e Coordenador da Comissão Parlamentar do Poder Local. Pelo trabalho que fez e faz, João Sá, afirma sentir ter as condições e a preparação indispensável para liderar o município de Matosinhos.

Marques Mendes: “existe, desta vez, uma grande oportunidade de vitória”

O presidente do PSD, Luís Marques Mendes deu continuidade a este discurso, ao afirmar que “existe, desta vez, uma grande oportunidade de vitória”.

Lembrando que “nos últimos três anos, Matosinhos tem sido falado pelas piores razões”, o presidente do PSD referiu ainda que até o PS vai ajudar o PSD a ganhar Matosinhos devido “à actuação do Governo deste país”.

“Não fomos um factor de problemas.



Queremos pôr o concelho a ser falado por questões positivas”, acrescentou.

Num momento em que o PS, que comanda os destinos do concelho desde as primeiras eleições autárquicas pós-25 de Abril, ainda não tem candidato, o líder do PSD sublinhou a necessidade do partido “pôr para trás das costas” o que classificou de “questões menores” e unir-se em torno de João Sá.

Marques Mendes apelou ao partido para que “dê as mãos”, sublinhando que “ninguém perdoaria que nesta ocasião, por questões menores, não se desse o apoio que o candidato merece”.

E passando para o plano da política nacional, lembrou que o IVA sobe para

21 por cento, criticando novamente o facto do PS ter prometido “tudo” antes das eleições e fazer agora “exactamente o contrário”.

O aumento dos impostos, considerou, é “mau para as pessoas, para as empresas e para a competitividade nacional, nomeadamente com Espanha, o que é grave vindo de um governo que prometeu criar 150 mil postos de trabalho numa legislatura”.

“Depois do orçamento rectificativo viu-se que esse aumento não era preciso. Podia ter-se cortado em despesas inúteis. Fez-se o mais fácil”, acusou, a terminar.

— PL, Lusa, Gab. Candidatura



Em Tábua

Líder do PSD apresenta Mário Loureiro para a Câmara local

No dia 25 do mês passado, no Hotel Turismo de Tábua, foi apresentada a candidatura do PSD de Tábua ao acto eleitoral agendado para Outubro próximo. Na ocasião esteve presente o líder do nosso Partido, Luís Marques Mendes, que considerou a dupla de cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal deste concelho do interior centro como uma “dupla fantástica”. Referia-se, assim, a Mário Loureiro, o candidato a presidente da Câmara, e a Arlindo Cunha, cabeça de lista na candidatura do PSD à assembleia municipal de Tábua.

A cerimónia formal foi precedida de jantar que juntou mais de quatrocentas pessoas, entre militantes do PSD e simpatizantes da candidatura autárquica, o que o torna na maior reunião política deste tipo, até agora registada no Concelho.

O PSD esteve representado, além do Presidente, pelo Presidente da Distrital de Coimbra, Jaime Soares, pela Vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República, Zita Seabra, deputada eleita pelo círculo de Coimbra, e pelo líder da concelhia tabuense, Eduardo Pereira.

Eduardo Pereira foi o primeiro a usar da palavra. Após os cumprimentos da praxe aos presentes, explicou como a Comissão Política Concelhia procedeu à escolha do independente Mário Loureiro para

a candidatura à Câmara, referindo-se particularmente ao perfil definido previamente para o candidato, que Mário Loureiro personifica na perfeição, sublinhando em especial alguns dos traços da sua personalidade, tais como a honestidade, determinação, disponibilidade e capacidade de trabalho, características que fazem de Mário Loureiro o candidato capaz de dar “um novo rumo para Tábua”.

A seguir aos representantes locais e distritais da JSD, usou da palavra o presidente da distrital de Coimbra, Jaime Soares, para desferir um forte ataque à inércia socialista à frente da Câmara de Tábua há vários mandatos, num tom muito vigoroso e de estilo muito próprio, que entusiasmou todos os presentes na sala.

Seguiu-se uma breve intervenção de Arlindo Cunha, candidato à Assembleia Municipal de Tábua, que aproveitou para dirigir algumas palavras de apreço ao candidato à Câmara, referindo que não podia deixar de estar nesta candidatura, pois Tábua precisa urgentemente de mudar de rumo.

Mário Loureiro iniciou a sua intervenção, referindo que “decidi aceitar o convite do PSD porque entendi que todos nós devemos aproveitar as nossas capacidades para as colocar ao serviço do bem-estar dos outros e tendo em conta a inactividade do actual executivo socialista e as grandes carências de que enferma o concelho”.



“Longe vão os tempos em que o nosso concelho conheceu os caminhos do progresso; actualmente as obras estruturantes não existem por falta de ideias e de projectos, é necessário enveredar por outro caminho, por isso podem contar comigo para dar um novo rumo para o concelho de Tábua”, adiantou ainda o candidato Mário Loureiro, terminando seguidamente o seu discurso ao apresentar algumas linhas estratégicas e orientadoras do projecto político que apresentará com mais detalhe muito

brevemente aos eleitores tabuenses.

Finalizou a cerimónia de apresentação dos candidatos, o líder do PSD, Luís Marques Mendes, iniciando o seu discurso para dizer que gostou do que viu e ouviu: “é com humildade e seriedade que se servem as populações”, disse.

Virando-se para Mário Loureiro, continuou com um apelo: “Siga esta caminhada igual a si próprio, com coragem, humildade e determinação e não faça muitas promessas, não siga o exemplo deste governo que prometeu tudo na campanha e agora não faz nada e o que faz é tudo ao contrário do que prometeu”.

Aproveitou também para criticar o actual executivo socialista: “quem ao fim de 16 anos ainda tem por resolver problemas de saneamento e não tem, na sede de concelho, um plano de urbanização.

«É preciso mudar de vida, é preciso uma mudança, com novas pessoas, para dar um novo rumo a Tábua”, afirmou.

Marques Mendes dirigiu ainda, algumas palavras a Arlindo Cunha, candidato à Assembleia Municipal, principalmente para elogiar as suas capacidades e para dizer que, conjuntamente, com Mário Loureiro, vão constituir uma dupla de políticos locais que vão trazer uma nova dinâmica para o concelho, colocando Tábua num novo rumo de mudança e de progresso. – Gab. PSD/Tábua





Intervenção sobre o Orçamento Rectificativo para 2005

Deputado Miguel Frasquilho

Assembleia da República, 30 de Junho de 2005

(...)

Na sexta-feira passada, pela calada da noite, o **Governo apresentou na Assembleia da República o tão propalado Orçamento Rectificativo para 2005.**

No sábado, o Presidente do meu Partido disse publicamente que o **Orçamento Rectificativo denunciava uma despesa pública de 50.2% do PIB** e explicava que **tal valor violava o valor previsto pelo próprio Governo no Programa de Estabilidade e Crescimento** aprovado menos de três semanas antes.

Alertado por estas declarações de sábado passado, o Ministro das Finanças confirmou ter trabalhado desde domingo para tentar detectar o erro.

Na segunda-feira, o mesmo Ministro das Finanças dá uma conferência de imprensa em que reconhece a existência de incorreções num quadro do relatório que, de acordo com as suas próprias palavras, “acompanha o documento, mas não é obrigatório nem sujeito a aprovação da Assembleia da República”. Na altura, promete corrigir essas imprecisões, mas – pasme-se! – ainda não é capaz de dizer o valor total da despesa pública.

Na terça-feira, finalmente, conhece-se a rectificação feita ao Orçamento Rectificativo e fica a saber-se que a despesa pública final se situa nos 49.3% do PIB – ou seja, um valor inferior ao da primeira versão do Orçamento Rectificativo em cerca de 1.3 mil milhões de euros (ou 260 milhões de contos), mas superior ao previsto no



Programa de Estabilidade e Crescimento em quase 300 milhões de euros (ou 60 milhões de contos). Três valores diferentes para a despesa do Estado – tal como acontece para todas as suas componentes, e também para a receita e todas as suas parcelas. Tudo isto, em menos de três semanas.

São estes os factos.

A conclusão, essa, é evidente: **entre sexta-feira e terça-feira** – ou seja, durante 4 dias – **o País assistiu a uma trapalhada política, técnica e contabilística nunca antes vista em Portugal**, e cujos efeitos negativos sobre a credibilidade e a capacidade da equipa do Ministério das Finanças, não se esgota nestes dias que vivemos: não, perdurará na memória de todos, minando a confiança que tão

necessária era para ajudar na recuperação da economia.

No entanto, o Primeiro-Ministro falava, no sábado à noite, “do fim de um embuste”, e dizia que finalmente havia rigor, verdade e transparência orçamental.

No entanto, a verdade, é que a trapalhada cometida pelo Governo e confirmada por todo o País desmentia as palavras do Primeiro Ministro. O alegado rigor deu origem a contas erradas, a alegada verdade dava lugar a uma confusão incontornável, a alegada transparência transformava-se numa trapalhada sem precedente nem dimensão. Agora sim, um embuste, na verdadeira acepção da palavra.

(...)

Na verdade, é difícil de entender que menos de três semanas depois de esta Assembleia, com os votos favoráveis da maioria socialista, ter aprovado o Programa de Estabilidade e

Crescimento, as semelhanças entre este documento e o Orçamento Rectificativo se resumam ao mesmo cenário macroeconómico, e ao mesmo valor admitido para o défice público deste ano.

Na verdade, em menos de três semanas, a composição do défice, quer ao nível das receitas, quer ao nível das despesas, altera-se de tal forma que nem se acredita que foi o mesmo Ministério das Finanças a elaborar o Programa de Estabilidade e Crescimento e o Orçamento Rectificativo.

Na verdade, não é possível acreditar que, depois de a Assembleia da República ter aprovado o Programa de Estabilidade e Crescimento, e valores que se julgavam correctos para as receitas e despesas públicas, se peça, agora, três semanas depois, à mesma Assembleia, que aprove um Orçamento Rectificativo que, mesmo tendo sido ele próprio rectificado, apresenta, ainda assim, diferenças que não são aceitáveis nem abonam em favor do rigor, da transparência ou da clareza.

Na verdade, não se pode acreditar que este Orçamento Rectificativo, mesmo depois de rectificado, seja entregue em Bruxelas, à Comissão Europeia, com valores diferentes dos do Programa de Estabilidade e Crescimento, apresentado em meados deste mês.

Na verdade, não é possível acreditar que tenha existido uma conferência de imprensa em que o próprio Ministro das Finanças, já depois de finalizado e entregue o Orçamento, afirma desconhecer o valor previsto para a despesa pública. E em que cataloga como “pouco importante” o quadro fundamental do Orçamento, que tinha todos os valores errados.

(...)

O PSD Pergunta

Requerimento ao Governo

Sobre a eventual despromoção do Sport Clube Lusitânia dos Açores que participa no Campeonato Nacional da II Divisão B
Deputados Mota Amaral e Joaquim Ponte

Requerimento ao Governo

Sobre a fiscalização das actividades de exploração na Zona Económica Exclusiva (ZEE) nacional
Deputados Mota Amaral e Joaquim Ponte

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações

Sobre a utilização do IC 14/A 11 – Auto-estrada Barcelos - Braga
Deputado Fernando Santos Pereira

Requerimento ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Sobre o desvio das verbas da medida Agris de Trás-os-Montes
Deputados Adão Silva, Ricardo Martins e Rosário Águas

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações

Sobre as portagens no IC 14/A 11 – Auto-estrada Braga - Barcelos
Deputado Fernando Santos Pereira

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações

Sobre a construção de um nó entre a A3 (auto-estrada Braga – Valença) e a EN 205 (Barcelos – Prado)
Deputado Fernando Santos Pereira

Agenda

Quarta-Feira, dia 6 de Julho de 2005- (10:00h e 15:00h)

Discussão e Votação na Generalidade, Especialidade e Final Global da Proposta de Lei n.º 24/X (GOV)
(Orçamento rectificativo ao Orçamento de Estado para 2005)

Quinta-Feira, dia 7 de Julho de 2005-15:00h

Debate sobre o Estado da Nação

Sexta-Feira, dia 08 de Julho de 2005-10:00h

Agendamento Potestativo do PS
Projecto de Lei n.º 122/X (PS)
(Altera a Lei Orgânica n.º 15-A/98, flexibilizando os mecanismos de realização de referendos, bem como a Lei n.º 13/99 e o Decreto-Lei n.º 319-A/76)

Intervenção no debate sobre a Lei-Quadro da Água

Deputado Jorge Moreira da Silva

Assembleia da República, 1 de Julho 2005

(...)

Difícilmente encontraremos, nesta legislatura, um momento tão relevante da política ambiental.

Deixemos a partidarite à porta e tratemos da solidariedade intergeracional – porque é disso que este debate trata.

A água, sendo o mais abundante e o mais relevante recurso planetário, é também o recurso cujo estado mais reflecte a pobreza dos povos.

Aqueles 2000 milhões de cidadãos sem acesso a água potável pertencem precisamente à mesma região onde mais de 1000 milhões vivem em situação de pobreza extrema e 3000 milhões morrem anualmente devido a doenças transmitidas pela água (febre tifóide, disenteria, cólera, hepatite, malária, tracoma, fluorose e encefalite japonesa).

Portugal, ao contrário dessas regiões, padece mais de uma crise na gestão da água do que uma crise de falta de água – que, quando ocorre, como sucede neste momento, sendo grave é, ainda assim, cíclica e temporária.

Neste quadro, o esbanjamento, o desperdício, e a poluição da água representam um prejuízo ambiental e económico nacional, mas configuram também, se visto à escala global, uma imoralidade.

Este é, pois, o debate da solidariedade intergeracional, da coesão nacional e da regulação da globalização.

É, por isso, essencial aprovar e aplicar regras que – estabelecendo direitos mas também deveres – permitam:

Proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos;

Impulsionar o uso sustentável de água, baseada numa gestão a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;

Mitigar os efeitos das inundações e das secas;

Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade;

Promover o ordenamento do domínio hídrico;

Protecção, sustentabilidade, qualidade, ordenamento e prevenção dos riscos: são precisamente estes os objectivos que presidiram à apresentação deste Projecto de Lei-quadro da Água,



por parte do PSD, a 4 de Maio de 2005 – lei que é exactamente igual àquela que tendo sido elaborada pelo anterior Governo foi remetida para discussão pública a 9 de Dezembro de 2004.

Este Projecto é verdadeiramente, de entre todos os Projectos em debate, o único que se pode designar por Lei-quadro:

Enquanto que o diploma do PSD transpõe a Directiva comunitária e institui um quadro consolidado relativo à protecção dos recursos hídricos, à sua titularidade e às especificações técnicas com recurso a um único instrumento legislativo, o mesmo não sucede com as outras propostas.

Infelizmente o Governo – provavelmente na busca de uma estéril inovação face ao diploma concluído pelo anterior Governo e remetido para discussão pública – optou pela fragmentação da Lei-quadro originando 3 diplomas, dos quais apenas dois são conhecidos. Sendo que aquele ao qual atribui a designação de Lei-quadro não é mais do que uma Lei de Protecção dos Recursos Hídricos.

(...)

A opção pela consolidação legislativa, num domínio como este, não é irrelevante.

Só a consolidação garante o indispensável grau de comunicabilidade desta legislação tão fundamental junto dos cidadãos e agentes socio-económicos e a robustez das normas ao longo do tempo.

Defendemos mesmo, como afirmámos no passado, que, na sequência da aprovação da Lei-quadro da Água e dos respectivos Decretos regulamentares, se deveria proceder à integração dessa legislação num Código

da Água.

(...)

Esta Lei-quadro baseia o cumprimento dos objectivos atrás definidos num conjunto de princípios orientadores:

O princípio da dimensão ambiental da água;

O princípio da gestão integrada dos recursos hídricos e dos ecossistemas aquáticos e terrestres;

O valor da sustentabilidade e da solidariedade intergeracionais;

O princípio da equidade na justa repartição dos encargos e benefícios;

O princípio da responsabilidade;

E, por último, o valor da participação cívica dos cidadãos;

Estamos perante um quadro legislativo de grande fôlego, acarretando alterações significativas face ao quadro vigente. Permitam-me que, de entre todas, destaque oito normas:

Primeiro: Esta Lei opera uma **reforma do modelo institucional de gestão e administração dos recursos hídricos**, atribuindo ao INAG as funções de planeamento nacional, coordenação e regulação de todas as águas e às Administrações de Recursos Hídricos (ARH) as funções de planeamento, licenciamento e gestão a nível regional - hoje dispersas entre o INAG e as CCDR.

Concretiza-se, assim, plenamente, o princípio da Região Hidrográfica como unidade principal de planeamento e de gestão, tal como definido na Directiva Comunitária.

Em segundo lugar, o diploma

estabelece **regras de titularidade, utilização, desafectação e classificação** relativas à totalidade dos recursos hídricos, actualizando legislação originária de 1919.

Pela primeira vez estabelece-se um regime comum para o domínio público hídrico, deixando de abordar, separadamente, as águas marítimas e as outras.

Por outro lado, com vista à estabilidade da base dominial, é definido um prazo máximo (até 2014) para o reconhecimento da propriedade privada sobre parcelas de leitos e margens públicos objecto de propriedade particular antes de 1864 (ou 1868, no caso de arribas alcantiladas).

Em terceiro lugar, este diploma institui um novo **sistema de protecção, planeamento e de ordenamento dos recursos hídricos, de modo a compatibilizar a utilização destes recursos com a sua protecção e a valorização, de acordo com as características próprias das bacias e das regiões hidrográficas.**

Em quarto lugar, é intensificada a **protecção das águas subterrâneas**, cuja degradação se tem acentuado pela abertura indiscriminada e cada vez mais profunda de captações privadas com riscos para a saúde pública e para o ambiente.

Assim, são reforçados a fiscalização e os **requisitos ambientais da qualidade das águas subterrâneas e é conferida**, às autoridades competentes no domínio do licenciamento, a possibilidade de imporem condicionantes de ordem ambiental mais rigorosas à captação de águas subterrâneas em áreas consideradas como críticas.

Em quinto lugar, esta Lei-quadro **consagra plenamente a capacidade de monitorização do estado das águas**. Serão definidas redes de recolha de dados, em todas as bacias hidrográficas, e será criado um Programa Nacional de Monitorização do Estado dos Recursos Hídricos.

Intervenção no debate sobre a Lei-Quadro da Água
Deputado Jorge Moreira da Silva
Assembleia da República, 1 de Julho 2005.

Em sexto lugar, esta Lei internaliza os custos ambientais no preço da água, através de um **regime económico-financeiro**, alicerçado numa *taxa de recursos hídricos*.

Desta forma, reconhece-se simultaneamente a escassez destes recursos e a necessidade de garantir a



sua utilização economicamente eficiente, tendo por base os princípios do utilizador-pagador e do poluidor-pagador.

Defendemos a sua aplicação progressiva, no quadro da regulamentação prevista, começando pelos grandes consumidores e utilizadores. Por outro lado, esta taxa deve essencialmente penalizar o desperdício e não tanto a utilização eficiente – essa sim um direito de todos. O resultado das taxas deve ser orientado para a segurança do aprovisionamento e para a melhoria da qualidade da água.

Em sétimo lugar, **restringe-se a actividade de extracção de inertes de águas**

públicas aos casos em que tal extracção se afigura necessária à gestão das águas, ao abrigo de um plano específico de gestão das águas.

(...)

Este é um daqueles temas onde se justifica a densificação do debate e a busca do consenso mais amplo possível.

Porque só assim se dá segurança aos cidadãos. Porque só assim se garante, por muitos anos, a estabilidade da legislação aprovada. E porque só assim se reforça a posição nacional nas negociações e discussões com Espanha.

O PSD tem dado provas de empenhamento nesse debate e nessa convergência de posições; podendo ter procedido a um agendamento

potestativo logo no início de Maio – quando apresentámos o nosso diploma – optámos por aguardar pela Proposta do Governo e dos outros partidos.

A verdade é que, até ao momento – e este debate pode conduzir a uma inversão desta sensação - o Governo não tem enviado idênticos sinais.

De outra forma, como explicar que os diplomas aprovados - e pospositamente anunciados - a 5 de Junho apenas tenham sido remetidos ao Parlamento há uma semana?

Como explicar que tendo aprovado, também a 5 de Junho, um Decreto de Lei que consagra a taxa dos recursos hídricos – matéria que regulamenta a Lei

da Água – se não tenha tomado público o seu conteúdo?

Como explicar que seja ainda desconhecido o Decreto Lei que completa a transposição da Directiva-quadro (supostamente também aprovado a 5 de Junho)?

Tendo começado mal, ainda vai o Governo a tempo de arrear caminho e demonstrar empenho em ouvir o maior número de entidades representativas e os argumentos da oposição.

Nunca percamos de vista a circunstância de ser esta uma matéria relativamente à qual não temos o direito de fazer concessões nem à demagogia nem à soberba.

(...)

Intervenção sobre o Código do Trabalho

Deputado Luís Pais Antunes

Assembleia da República, 29 de Junho de 2005



(...)

Quis o acaso – ou talvez não... – que a Proposta de Lei n.º 23/X, da iniciativa do Partido Comunista Português, subisse a este Plenário no preciso momento em que a **contratação colectiva em Portugal apresenta os melhores – sublinho, os melhores – resultados dos últimos anos.**

Senão vejamos:

De acordo com os dados recentemente divulgados pela Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, nos primeiros quatro meses do corrente ano foram celebradas e depositadas 83 convenções, número largamente superior ao verificado em 2004 (22) e em 2003 (67).

Mais significativo ainda é o facto de 62 dessas 83 convenções abrangerem já 604.851 trabalhadores. Ou seja: em 4 meses apenas, o número

de trabalhadores abrangidos por apenas 75% das convenções depositadas é já superior à totalidade dos trabalhadores abrangidos durante todo o ano de 2004.

E tudo aponta no sentido de que, no final do ano, o número de convenções depositadas e de trabalhadores por elas abrangidos seja, no mínimo, idêntico ao verificado nos melhores anos dos últimos dez, e desejável e provavelmente superior.

Por si só, **os dados que acabo de vos transmitir bastariam para demonstrar a ausência de qualquer razão válida para suspender a aplicação das disposições em causa do Código do Trabalho e da respectiva legislação especial**, como pretende a Proposta de Lei em análise.

(...)

Para o PSD, o regime consagrado no Código do Trabalho no que à contratação colectiva diz respeito é um regime equilibrado, potenciador de um novo dinamismo no mundo das relações laborais e que aproxima Portugal dos nossos principais parceiros da União Europeia. É um regime que, inspirando-se em larga medida nas melhores práticas em vigor nesses países, vem criar as condições para o desenvolvimento de relações colectivas de trabalho revitalizadas, mais eficazes e verdadeiramente contratuais.

(...)

Enquanto nos países cujos sistemas jus-laborais apresentam maior afinidade com o nosso – casos da Espanha, da Alemanha, da Itália ou da França – a contratação colectiva se

reforçava, em Portugal definhava.

Enquanto nesses países a **dinâmica da negociação colectiva permitia alcançar novas e imaginativas soluções para desafios tão importantes como os da formação profissional, da organização do tempo de trabalho, da mobilidade funcional e geográfica**, em Portugal assistíamos à sobrevivência e sobrevivência de velhas convenções que se iam sucedendo a si próprias, reafirmando velhas soluções para velhos problemas, cuidando apenas de ir actualizando as cláusulas de expressão pecuniária.

Sabemos todos que o PCP não gosta do Código do Trabalho. Nunca gostou e nunca o escondeu (embora eu desconfie, a exemplo do que várias vezes aconteceu no passado, que ainda o veremos na primeira linha de defesa do Código por ocasião de uma provável – diria mesmo inevitável – futura revisão que o aproxime ainda mais do modelo vigente nos nossos parceiros europeus...)

Sabemos também que o PCP quer o fim do regime que permite a caducidade das convenções colectivas e o regresso à sobrevivência ilimitada.

(...)

... a **Proposta de Lei ora em discussão limita-se a querer voltar ao passado**. Ao passado e nada mais do que ao passado.

(...)

Se o que o PCP defende nesta matéria é de todos bem conhecido, já o mesmo, infelizmente, não se poderá dizer daquilo que o PS e o Governo verdadeiramente pensam a este propósito.

Ao fim de quase quatro meses após a entrada em funções do novo Governo, esta Câmara continua sem saber se o PS quer efectivamente alterar o regime da contratação colectiva e quais as alterações que defende, ou se, pelo contrário, quer apenas ganhar tempo (não se sabe bem para quê...).

Ao fim de quase quatro meses após a entrada em funções do novo Governo, continuamos sem saber se o PS defende aquilo que defendia durante a discussão do Código do Trabalho e durante a campanha eleitoral ou se, pelo contrário, também nesta matéria vai alterando as suas posições ao sabor dos ventos e das circunstâncias, consoante está no Governo ou na Oposição.

Ao fim de quase quatro meses após a entrada em funções do novo Governo, verificamos com apreensão que matérias tão importantes como a regulamentação do trabalho temporário ou do regime dos acidentes de trabalho – cujos projectos legislativos o novo Governo encontrou já finalizados – continuam a aguardar a atenção dos novos responsáveis governativos, enquanto os problemas se agravam.

Para o PSD, quaisquer eventuais alterações à legislação laboral devem, antes de tudo o mais, ser objecto de análise e discussão aprofundada em sede de concertação social.

Foi este o caminho que seguimos quando fomos Governo. Será este o caminho que continuaremos a defender na oposição.

(...)

Intervenção sobre a alteração ao regime relativo a pensões e subvenções dos titulares de cargos políticos e o regime remuneratório dos titulares de cargos executivos das autarquias locais

Deputado José Matos Correia
Assembleia da República, 30 de Junho de 2005



(...)

Como é já hoje claro para qualquer observador atento, o **Governo do Partido Socialista** montou, à volta do tema do **défi ce**, uma encenação de grandes proporções.

Tal encenação encontra a sua razão de ser em dois objectivos essenciais:

- por um lado, **tentar justificar a adopção de políticas que o PS sabia, desde há muito, serem indispensáveis**, sem ao mesmo tempo assumir os riscos e as consequências que apresentavam;

- por outro lado, **tentar evitar as contradições entre as medidas restritivas que agora anunciou e aquilo que foi afirmado em campanha eleitoral**, período em que o Eng. José Sócrates se desmultiplicou em promessas que, como bem sabia, não podiam ser cumpridas.

(...)

O PS apresenta, agora, propostas diferentes das que no passado sustentara. Nada a apontar a esse propósito.

É perfeitamente legítimo, a qualquer pessoa ou a qualquer força política, evoluir no seu pensamento e na sua acção.

O que já **não é legítimo é sacrificar os princípios e as convicções ao sabor da conjuntura ou das vantagens políticas ocasionais**.

E é exactamente isso que o Governo socialista agora está a fazer, cedendo à tentação de acompanhar aqueles que sempre viram no ataque aos políticos uma forma simples de granjear apoios.

Todos sabemos como uma decisão correcta no seu conteúdo pode ver os seus efeitos anulados ou fragilizados por assentar numa motivação errada e numa atitude perigosa. Esta conclusão assenta, como uma luva, às propostas governamentais em discussão.

Nunca esperei dizê-lo, mas nesta matéria começo a ter saudades do Partido Socialista de 1995.

O PS que então referia – e cito – “não alinhar no criticismo demagógico dirigido contra a indevidamente chamada classe política”.

O PS que então afirmava a necessidade de submeter os titulares de cargos políticos a requisitos mais exigentes – e cito de novo – “desde que



não hipotecados a perspectivas populistas que visam desacreditar e diminuir o exercício de cargos políticos em democracia”.

O PS que então o dizia numa iniciativa presente a esta Assembleia e subscrita, entre outros, pelo Dr. Alberto Costa, actual Ministro da Justiça; pelo Dr. Jorge Lação, actual Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros; pelo Dr. José Magalhães, actual Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna; pelo Dr. Alberto Martins, actual líder parlamentar do partido.

(...)

O PSD orienta a sua acção política por causas e não por conveniências. Rejeitamos, por isso, o discurso fácil que põe em causa a seriedade, a dedicação e o sentido de missão daqueles que assumem funções públicas.

Defendemos, com veemência, o modelo da democracia representativa. E, por isso, sustentamos, sem complexos, que **dignificar o papel dos representantes políticos é, em si mesmo, contribuir para uma cada vez mais eficaz defesa dos interesses e anseios dos representados**.

(...)

...quaisquer direitos especiais, não estritamente necessários à plena assunção de cada mandato, não se justificam e, caso existam, devem ser eliminados.

Ao mesmo tempo, e por sentido de

responsabilidade, recusamo-nos a integrar as fileiras daqueles que exploram o discurso do ataque aos titulares de cargos políticos.

(...)

Um dos argumentos a que o partido socialista tem recorrido para sustentar as suas propostas relativamente aos titulares de cargos políticos é o de que, em tempo de restrições, o exemplo deve vir de cima.

Também nós entendemos que o exemplo deve vir, sempre e em qualquer circunstância, de cima. Mas isso não chega, pois é necessário que o exemplo se estenda a todas as entidades públicas ou que, directa ou indirectamente, utilizem dinheiros públicos.

Notícias recentes revelaram que existem, no sector público, regimes remuneratórios e de aposentação absolutamente injustificados e injustificáveis.

Sucedem que o governo, que tão pressuroso foi em trazer as propostas ora em discussão, nada faz relativamente a tais situações.

Situações que põem em causa princípios e equilíbrios constitucionais básicos.

Situações que representam um atentado a todos aqueles que, no seu dia-a-dia, enfrentam problemas graves de sobrevivência.

O país não compreende esta estranha passividade. Nessa medida, o PSD quer aqui deixar uma exigência ao governo: que leve a cabo, de imediato, o apuramento, em entidades públicas ou em que o estado detenha uma posição determinante, das situações de regimes especiais privativos de aposentação, de reforma, de indemnização ou de subsídio de reintegração, a qualquer título, após a cessação de funções.

E, ao contrário do governo, não sugerimos que isso seja feito com qualquer aproximação populista, mas com um objectivo simples: permitir que sejam definidas orientações claras para, no futuro, harmonizar tais direitos e regalias com o quadro geral dos funcionários do estado.

(...)

O populismo e a demagogia que subjazem ao comportamento do primeiro-ministro ficam ainda mais evidentes quando se constata que preferiu enveredar pela abordagem de um problema lateral, em vez de, responsabilmente, apresentar propostas sobre o problema nuclear da reforma do sistema político.

Referimo-nos, em particular, a questões como a redução do número de deputados ou a reforma do sistema eleitoral para a assembleia da república.

Trata-se, como é sabido, de matérias consagradas na revisão constitucional de 1997, mas que ainda não foram objecto da necessária densificação legal.

O PSD não pode deixar de estranhar a omissão do executivo nesta matéria que é, em si mesma, muito significativa.

Posso, por isso, anunciar, que o PSD apresentará, no reinício dos trabalhos parlamentares, as suas próprias propostas nos dois temas referidos, isto é, repito, a redução do número de deputados e a reforma do sistema eleitoral.

São, como todos sabemos, questões que exigem um consenso alargado desta câmara.

Por nós, **continuaremos fiéis ao reformismo que marca o nosso código genético político**. Veremos se o Governo será capaz de estar à altura das responsabilidades ou se manterá a habitual prática socialista nesta matéria: muitas retóricas e poucos ou nenhuns actos concretos.

(...)



Intervenção no debate sobre a Lei da Água

Deputado Mendes Bota
Assembleia da República, 1 de Julho de 2005

(...)

Tão importante num debate como este, é falar da Lei da Água ou da falta de água que atinge neste momento dramaticamente mais de 80% do território nacional, com muita acuidade no Alentejo e no Algarve, conforme esta semana ainda a Sub-Comissão de Agricultura teve ocasião de testemunhar no terreno.

Importa, pois, aproveitar o *momentum*, para reflectir sobre a situação actual, mas também para uma visão prospectiva do que se poderá fazer no futuro para assegurar a todos os portugueses e a todos os sectores de actividade económica o abastecimento da água necessária à sua vivência.

(...)

A água dos oceanos significa 95% da água existente no mundo, e mais de metade da população mundial vive num raio de 100 Kms das linhas de costa. Em Portugal, como se sabe, este ratio atinge mais de 80% da população, a viver numa faixa litoral de 40 Kms.

Como de costume, chegamos sempre atrasados. A visão que existe em Portugal do processo de dessalinização, retém na memória os velhos equipamentos, com as velhas técnicas pesadas de destilação de água



deixando atrás uma salmoura residual, com graves inconvenientes ambientais, e exigindo níveis de energia calórica que tornavam o método economicamente desaconselhável, à excepção de países do Médio Oriente sem problemas de liquidez, ou em situações de total ausência de alternativas na busca desse recurso precioso chamado água.

Acontece que se desenvolveram novas tecnologias no campo da dessalinização, o método a que os americanos chamam de "reverse osmosis", através da passagem da água salgada por filtros que fazem a separação, e produzem água com

qualidade para qualquer tipo de consumo, a custos operacionais altamente competitivos e impensáveis até há pouco tempo atrás.
(...)

Se pensarmos que o consumo anual do Algarve, só a título de exemplo, absorve 15 milhões de m³ de água na rega dos golfs, e 72 milhões de m³ no consumo urbano, teremos uma noção da enorme potencialidade que o mar, como recurso praticamente inesgotável, neste momento nos oferece.

De resto, o tratar de um recurso tão precioso como a água, em tempo de seca, e em tempo de alterações climáticas à escala global que a loucura dos homens levará não se sabe até onde, não se esgota na construção de barragens. Sim, Odelouca é prioritária, e já deveria estar construída há muito tempo. Sim, um sistema de pequenas e médias barragens deve avançar. A Agricultura que nos resta, ainda é o principal consumidor de água.

Mas, verdadeiramente, o que Portugal precisa, paralelamente a uma nova Lei da Água para titular e para gerir o recurso, é de uma verdadeira revolução de mentalidades orientadas no sentido da poupança e de um consumo racional da água.

(...)

Há toda uma reforma a fazer nos métodos de construção do futuro, e no planeamento urbanístico. O abastecimento de água deverá comportar um sistema integrado de duas redes: uma com água de qualidade para consumo humano, e outra de menor qualidade para fins múltiplos.

(...)

Uma verdadeira estratégia para a gestão da água, passa por cinco etapas inultrapassáveis:

- Aumento das disponibilidades do recurso
- Aumento da capacidade de armazenamento
- Redução dos consumos
- Redução dos desperdícios
- Aumento da eficiência na exploração das redes

A aprovação da Lei da Água, a reboque da imperatividade de transposição da Directiva Comunitária, é apenas o início de um tempo novo que exige alteração de processos, diversificação de meios e reforma de mentalidades. É por aí que queremos ir!

Intervenção no debate sobre a Lei da Água

Deputado José Raul dos Santos
Assembleia da República, 1 de Julho de 2005

(...)

Na situação actual e num contexto de seca extrema, é quase certo que os problemas associados ao abastecimento de água para consumo humano e agrícola, poderão agravar-se ainda mais no futuro, sobretudo na região alentejana.

No primeiro caso, se a reserva de água que nos é proporcionada por Alqueva poderá a vir a assegurar, no futuro a médio e longo prazo, o abastecimento das populações em boa parte dos concelhos do distrito de Beja, continua por garantir a qualidade dos caudais com origem na bacia hidrográfica do Guadiana.

O elevado grau da carga poluente que afluí à albufeira de Alqueva, tem origem nas águas residuais produzidas em Portugal que continuam sem receber qualquer tratamento, e na actividade agrícola e industrial que se



localiza sobretudo no outro lado da fronteira

A pergunta que se impõe é esta, senhor Ministro do Ambiente:

Que programa está delineado pelo

governo para garantir o tratamento eficaz da água que é armazenada na albufeira de Alqueva?

Relativamente ao plano de regadio que Alqueva veio colocar na ordem do dia, o mais relevante é, sem dúvida, saber os preços da água que vão ser praticados.

De posições anteriormente assumidas por dirigentes socialistas, está claro que o preço da água fornecida por Alqueva é forçosamente político. Mantém este princípio?

Que critérios pretende o actual governo seguir na aplicação das tarifas a pagar pela água consumida na actividade agrícola, e se estes preços diferem e em que escala, da que for destinada para o consumo humano.

Outra questão é saber se já existe

um programa de monitorização sobre os impactes que vão ser provocados nos solos agrícolas pela salinização que está associada ao regadio.

Como vai o governo assegurar o abastecimento de água às populações nos concelhos de Serpa e Mértola, até que esteja concluído o projecto que leva a água de Alqueva para a barragem do Enxóe? Segundo as afirmações que o senhor ministro já assumiu publicamente, este projecto só estará concluído em 2008. Até lá como é que vai ser, se tivermos um próximo ano de fraca pluviosidade.

E, finalmente Sr. Ministro o Senhor anunciou o envio para Bruxelas do Projecto de Abastecimento em alta aos 23 Municípios Alentejanos pode-nos adiantar mais alguma informação sobre esta matéria?

(...)



Carlos Coelho defende abordagem coerente da luta contra a discriminação



O Deputado do PSD Carlos Coelho defendeu, no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, que “é necessária uma abordagem coerente e integrada da luta contra a discriminação e a xenofobia e aproveitar o intercâmbio de experiências e boas práticas. A igualdade de tratamento e o respeito pela diversidade, acrescentou o Deputado, interessam ao conjunto da sociedade”.

Carlos Coelho recordou que o Parlamento Europeu tem vindo “a adoptar directivas para garantir a todos uma protecção jurídica eficaz contra qualquer tipo de discriminação. Mas se tem criado um forte enquadramento jurídico para combater a discriminação, o grande problema que resta é o de assegurar uma aplicação efectiva e eficaz.

A defesa das minorias reveste-se da maior importância, especialmente na sequência do último alargamento, em que passou a existir um maior número de Estados-membros com uma enorme diversidade cultural e linguística. É essencial que a legislação e as políticas comunitárias possam apoiar os esforços desses Estados-membros, para encontrar respostas para os problemas com que se confrontam as minorias, nomeadamente promovendo a sua inclusão e participação”.

Para Carlos Coelho, “é inconcebível aceitar a existência de qualquer tipo de discriminação, mas não se pode impor a qualquer Estado-membro que altere a sua legislação de modo a aceitar situações que colidam com as suas tradições morais e culturais. Há que respeitar o Princípio da subsidiariedade e a competência compartilhada entre a União e os Estados-membros em matéria de Direitos Humanos”.

Fundo Europeu para as Pescas Duarte Freitas defende alterações à proposta da Comissão Europeia



O Deputado Europeu do PSD **Duarte Freitas** afirmou em Estrasburgo, no debate sobre o Fundo Europeu para as Pescas, que este dossier “*terá sido, porventura, o dossier mais importante desta legislatura no domínio das pescas*”.

Duarte Freitas considerou “*o Fundo Europeu para as Pescas como o instrumento privilegiado para harmonizar o objectivo da preservação dos recursos biológicos do Mar, com as potencialidades da Pesca*”.

Nessa medida, acrescentou, é fundamental que a verba consignada para este efeito seja consentânea com as reais necessidades do sector da Pesca, integrado numa Europa alargada

com novos desafios pela frente.

Com um envelope financeiro para o período 2007-2013 praticamente igual ao utilizado no quadro comunitário ainda em vigor e numa Europa que passa de quinze para 27, parece-me lógico e necessário que a dotação financeira global seja reforçada. O nível indicativo de fundos, para já apontado, não ultrapassa 0,5% do orçamento comunitário, em média anual”.

Para além do aspecto financeiro, Duarte Freitas defendeu que “*a estratégia de intervenção proposta pela Comissão Europeia deverá também ser ajustada em alguns pontos fundamentais. Refiro-me por exemplo às restrições, no âmbito dos objectivos e regras gerais de intervenção do Fundo que a Comissão Europeia pretende restringir às pequenas e micro empresas*”.

Será impossível pedir competitividade e tecnologias protectoras do ambiente às nossas empresas se apenas apoiarmos micro ou pequenas empresas”.

Relativamente à modernização das embarcações de pesca, o Deputado social-democrata salientou que “*a Comissão Europeia terá que forçosamente rever as suas posições relativamente à substituição dos navios da frota comunitária. A sua proibição parece-me errada, disse Duarte Freitas, face a interesses económicos, ecológicos e de segurança e operacionalidade”.*

Duarte Freitas chamou ainda a atenção da Comissão para o facto de **as Regiões Ultraperiféricas deverem continuar a ser protegidas pela Política Comum de Pescas** e considerou que “*as derrogações para as RUP’s já consagradas no IFOP, devem permanecer no novo texto do Fundo Europeu para as Pescas, sendo importante inclusivamente a hipótese de reforçar algumas das medidas inerentes às mesmas”*



Silva Peneda apresenta Relatório sobre o Fundo Social Europeu



O Deputado do PSD José Silva Peneda apresentou no Plenário do Parlamento Europeu em Estrasburgo, um Relatório sobre o Fundo Social Europeu.

Na sua intervenção, Silva Peneda começou por sublinhar que “o Fundo Social Europeu tem uma história de mais de quarenta anos e que este fundo começou por ser decisivo no desenvolvimento da formação profissional e na recolocação de mais de dois milhões de trabalhadores, que exerciam actividade em sectores que foram objecto de profundas reestruturações.

Na sequência da aprovação do primeiro Programa de Acção Social e da Acto Único Europeu, o FSE passou a intervir nos domínios da protecção no emprego, na participação dos trabalhadores, na igualdade de tratamento entre homens e mulheres, na saúde e segurança no trabalho e na prevenção de fenómenos de dumping social”.

Para Silva Peneda, “os marcos mais importantes da evolução da política social europeia e com impacte no FSE acontecem depois com o Tratado de Maastricht (1992), onde se consagrou a promoção de um elevado nível de emprego, como um dos objectivos da UE e com os Tratados de Amesterdão (1997) e Nice (2001).

Finalmente, acrescentou, a última evolução deu-se com o projecto de Tratado Constitucional que consagrou como objectivos da União o pleno emprego, o progresso social e o combate à exclusão”.

José Silva Peneda salientou que, “tendo em atenção esta evolução, a Comissão apresentou uma proposta de revisão do regulamento do FSE, que tem como base os seguintes três pontos:

- a) A Estratégia de Lisboa;
- b) A necessidade de simplificar os textos e os procedimentos;
- c) A relação do FSE com a Estratégia Europeia do Emprego.

Quanto à Estratégia de Lisboa, e na parte que se traduz na modernização

do modelo social europeu, no investimento nas pessoas, no combate à exclusão social e num conjunto de acções prioritárias, tais como a criação de um Espaço Europeu de Investigação e de Inovação, o investimento nos sistemas educativo e na formação, de forma a responder às exigências da sociedade do conhecimento e à necessidade de criar mais e melhores empregos, o proposto regulamento é o instrumento adequado.

Quanto à simplificação de textos e procedimentos, se é verdade que as propostas da Comissão manifestam uma vontade de simplificar a diferentes níveis, não é menos verdade que subsistem ainda muitas áreas onde seria necessário fazer um esforço acrescido de simplificação e de racionalização.

No que respeita à articulação entre o FSE e a Estratégia Europeia para o Emprego (EEE), na generalidade, o Regulamento do FSE integra de forma positiva as duas realidades”.

Silva Peneda referiu-se ainda a duas alterações por si apresentadas à proposta inicial da Comissão, dizendo:

«Primeiro, a questão de inclusão social.

As matérias relacionadas com a inclusão social não podem ser exclusivamente resolvidas no âmbito da política do emprego e do mercado de trabalho, porque há situações que exigem, a montante, uma intervenção de carácter mais exigente e interdisciplinar.

«Por isso, deveria ser sublinhada uma maior ambição na intervenção do FSE e, nesse sentido, entendi propor que a acção do FSE não se esgotasse nos caminhos da EEE, já que as suas possibilidades de intervenção são mais abrangentes e que, por isso, ficasse bem expresso o contributo que o FSE pode dar a favor da inclusão social.

«Há ainda uma outra alteração significativa entre a proposta da Comissão e a que agora é submetida a apreciação a este plenário, que tem a ver com a distinção que inicialmente era feita entre as acções que o FSE poderia desenvolver nas regiões pertencentes ao objectivo convergência e nas regiões pertencentes ao objectivo competitividade.

«Sempre entendi que o FSE deveria ter uma aplicação tão geral quanto possível, dado que é um instrumento para apoio às pessoas, independentemente das regiões onde habitam.

«Depois de alguns contactos entre a Comissão e os grupos políticos interessados foi possível chegar a uma solução de compromisso, que respeita a coerência de políticas e a concentração de meios nas regiões com maiores problemas de desenvolvimento.

«É essa solução de compromisso que proponho ao plenário».

Afirmando também saber “que há pontos de divergência entre o Conselho e a Comissão em alguns aspectos”, Silva Peneda sublinhou que na proposta que apresenta tomou posições claras sobre alguns desses pontos.

«Assim, quanto ao estatuto de cooperação transnacional e de inovação partilho da opinião da Comissão e proponho a obrigatoriedade do financiamento, por parte dos Estados Membros.

«Também no que se refere ao apoio aos parceiros sociais mantive a posição proposta pela Comissão e proponho que seja consagrada uma distinção no que respeita a diversos aspectos regulamentares entre parceiros sociais e ONG».

Silva Peneda sublinhou ainda “o clima de excelente relacionamento que se verificou na preparação deste relatório entre a Comissão e os diferentes grupos políticos interessados que, pela sua empenhada cooperação”, facilitaram em grande medida o seu trabalho.

Educação para o Desenvolvimento

Presidente do PSD/A reuniu o Conselho de Independentes

Victor Cruz reuniu, pela terceira vez, com o seu Conselho de Independentes, juntando cerca de duas dezenas de quadros representativos da sociedade civil açoriana, com destaque para as áreas da economia, finanças, ensino, emprego, formação profissional, saúde, segurança social, ambiente e cultura.

Esta terceira reunião do Conselho de Independentes do líder do PSD/A debateu a evolução do ensino na Região e as necessidades de formação profissional dos trabalhadores açorianos e dos jovens antes de entrarem no mercado do trabalho.

Formação profissional positiva nos jovens, mas decepcionante, nos adultos activos

Os números relativos à Formação Profissional dos açorianos revelam um forte incremento dos jovens possuidores de graus de formação mas o mesmo já não se passa com os trabalhadores adultos no activo.

Grande parte da formação profissional que é dada aos trabalhadores no activo, refere-se aos trabalhadores da Administração Pública regional, enquanto que os trabalhadores por conta de outrem do sector privado da economia açoriana recebem muito pouca formação profissional.

Os empresários açorianos queixam-se com muita frequência da falta de exigência das escolas que dão formação profissional aos nossos jovens. “Está-se a formar jovens para um diploma e não para o mercado do trabalho”, na opinião de alguns empresários açorianos.

Na reunião do Conselho de Independentes do Presidente do PSD/Açores concluiu-se que a Educação é a prioridade da sociedade açoriana para que conheçamos patamares de desenvolvimento mais elevados. Os Açores deviam ter um lema constante: Educação para o Desenvolvimento.

Aliás, os números relativos à situação da Educação das nossas populações obrigam-nos a chegar a esta conclusão, já que o nível de classificação dos açorianos se encontra ainda muito baixos, muito

aquém das médias europeia e nacional.

Na comparação dos três últimos censos de 1981, 1991 e 2001, percebemos globalmente uma evolução positiva no sentido da elevação dos níveis médios habilitacionais. Este facto fica a dever-se tanto à massificação do ensino como à extensão ou prolongamento da duração média do percurso escolar, agora mais dilatado.

Quando comparamos os dados relativos a 2001, entre as médias do País e da Região, é notória a aproximação aos níveis de classificação nacionais no que concerne o ensino até ao secundário. No que diz respeito ao secundário e ao ensino superior, a população açoriana não acompanha as médias de classificação nacionais.

As grandes discrepâncias surgem à luz do dia quando se confronta os níveis de escolarização que as diversas gerações ostentam. Nesta perspectiva, o ensino primário detém considerável importância nas gerações mais velhas, enquanto que, nas faixas etárias mais jovens, os níveis mais elevados de escolaridade têm maior expressão.

Os dados referentes a 2001 apenas confirmam as tendências que referimos. As gerações para além dos 40 anos registam, em 2001, um valor de 52,8% habilitados com o nível final equivalente ao primeiro ciclo do ensino básico, enquanto que nas gerações entre os 15 e os 29 anos este nível de ensino reúne 13,6% dos indivíduos. Apuramos ainda que 64% dos indivíduos pertencentes às gerações entre os 15 e os 39 anos apresenta, no momento do censo, uma habilitação ao nível quer do 2º, do 3º ciclos ou do secundário.

Nas gerações que fixamos a partir dos 40 anos, em que a escolarização se encontra concluída, pelo menos para a grande maioria, o valor de escolarizados com estes mesmos graus é de 19,8%. Na sequência do prolongamento da escolaridade todos os níveis mais avançados crescem percentualmente e, por conseguinte, como seria de esperar, também o superior apresenta valores mais elevados nas gerações mais novas.

Considerando as faixas geracionais entre os 25 e 29 anos,



isto é, de jovens activos, podemos constatar um valor próximo dos 30% habilitados com este grau de ensino.

É ainda de salientar que a taxa dos habilitados com um nível de ensino superior decresce muito rapidamente nas gerações para além dos 30 anos o que traduz uma nova atitude perante a educação por parte das gerações mais novas levadas pelas circunstâncias várias (incentivos familiares, regras de mercado de emprego e políticas de educação) a prolongarem a sua formação escolar até mais tarde. Após os 30 anos, apenas 9,4% dos indivíduos declaram ter um grau equivalente ao ensino superior.

As gerações dos 25 aos 29 anos, por referência, apresentam um valor que é sensivelmente metade do conjunto nacional. Fazendo fé neste indicador, ele traduz, hoje em dia, o maior desfazamento que se regista para a Região.

Se admitirmos que este é o nível que melhor designa as qualificações formativas da população activa jovem, a nossa situação terá de recuperar de um atraso muito acentuado.

Por conseguinte, os investimentos e incentivos ao prolongamento da educação na Região têm de ser incrementados.

A situação dos Açores é mais degradada, se atendermos a que Portugal, no quadro dos seus congéneres da OCDE, é daqueles estados que possui a menor duração média de escolarização da população adulta (cerca de 8 anos contra os 11,8 anos da média do conjunto).

A tendência das gerações mais

jovens para investir na formação escolar é particularmente relevante entre os 15 e os 24 anos

A tendência das gerações mais jovens para investir na formação escolar é particularmente relevante entre os 15 e os 24 anos, em que 24,3% da população se declara possuidora do ensino secundário, constituindo assim um contingente apreciável, em condições de poder vir a ingressar no ensino superior.

A situação do País, em termos comparativos, encontrava-se, ainda em 1996, bastante distante dos países da Europa e doutros países desenvolvidos, como dos Estados Unidos e o Canadá, que apresentavam uma taxa da sua população habilitada com o ensino secundário superior a 80%, contra 33% da população portuguesa habilitada com o mesmo grau de ensino. Nestes mesmos países, 20 a 30% dos seus habitantes possuem um nível de formação universitária, quando em Portugal apenas 11% das pessoas se encontram habilitadas com uma formação superior.

A Universidade dos Açores foi considerada, nesta reunião do Conselho de Independentes do Presidente do PSD/Açores, como um instrumento vital para a melhoria da qualificação dos açorianos.

A Universidade dos Açores, sem deixar de manter as características que fazem dela uma instituição de ensino superior universal, terá, cada vez mais de ter em conta a realidade do mercado de trabalho dos Açores, para a ajudar os açorianos na sua senda de uma Educação para o Desenvolvimento. - Gabinete para a Comunicação Social/PSD-Açores



Notícias de Beja

José Raul dos Santos, da Subcomissão Parlamentar de Agricultura comenta os efeitos da seca

Na sequência de uma visita às zonas mais afectadas pela seca, no Alentejo e no Algarve, no âmbito das actividades da Subcomissão Parlamentar de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, o Deputado José Raul dos Santos na reunião realizada no Governo Civil de Beja com Associações de Agricultores e Criadores

de Gado, teve uma intervenção de que damos notícia. Raul dos Santos, depois de cumprimentar o Governador Civil de Beja, os seus colegas da Subcomissão de Agricultura e os membros das Associações de Agricultores, afirmou:

Cá estamos nós, os alentejanos, mais uma vez, a descrever perante as instituições do Estado, os cenários de crise associada à seca.

Foi assim no início, no meio e no fim da década de 90. Repetem-se os diálogos e as mesmas palavras.

Verdade seja dita que as respostas paliativas continuam também a ser as mesmas. Sucessivas secas e a consequente falta de água não serviram de lição.

Estes ciclos infernais, marcados pelo drama e por prejuízos de muitas centenas de milhões de euros, têm sido encarados pelos sucessivos governos com uma ligeireza que arrepiam.

Já o disse numa intervenção que preferi recentemente na Assembleia da República. São capazes de pensar que os alentejanos estão habituados às situações de escassez de água e de abundância de calor.

E daqui não saímos! A um período de seca segue-se outro sem que do anterior se tire algum ensinamento em termos de soluções diferentes, ao menos de cariz preventivo. Os governos continuam adeptos das medidas de emergência, dos financiamentos bonificados, para tratar apenas dos sintomas de uma doença grave, que vai prevalecer crónica.

Só que deste tipo de remédios estão os agricultores fartos. Os agricultores querem produzir, não querem ser subsidiados. Os agricultores querem trabalhar, não querem viver à conta do orçamento.

É este o ambiente em que estamos de novo. A sub comissão da Agricultura da Assembleia da República, veio saber no local próprio, a forma como os alentejanos estão a enfrentar a seca prolongada, seja extrema ou severa. Da Assembleia da República trazemos os números e os considerandos. Aqui queremos ser confrontados com os factos.

É necessário ouvir os agricultores e os seus representantes associativos. Há sempre mais verdade nas suas explicações. Em directo e ao vivo, desculpem-me o eufemismo, é difícil

sermos levados ao engano.

A vinda da sub comissão da Agricultura, servirá também para fazer o balanço do que se fez e das acções prometidas e programadas pelo Ministério da Agricultura.

Queremos saber do seu cumprimento e em que medida correspondem às solicitações e às reivindicações dos agricultores.

É patente que as respostas tardam. Os problemas dos agricultores não podem vir às costas do sapo coxo. É trabalho de lebre, tem de ser rápido e liberto do lixo burocrático, que tantos pesadelos e frustrações causa...

A apresentação dos formulários para se ter acesso aos apoios bonificados, não desmerece em nada o que se fazia noutros tempos de má memória, em que a dignidade das pessoas valia menos que uma mão cheia de papéis.

O Ministério da Agricultura tem de perceber que não pode protelar por mais tempo respostas estruturadas para a agricultura alentejana

É caricato o que se está a passar. Exigir aos agricultores que numa semana, bastante curta diga-se, apresentem os formulários, quando o Ministério da Agricultura demorou um mês a lançar para fora as medidas a que se propôs, não era compreensível. A tutela percebeu o absurdo da situação e não teve outro remédio senão prolongar o prazo por mais uma semana. Era inevitável.

É de seca, de falta de água, de centenas de milhares de cabeças de gado retidas nas explorações, à mingua de alimento e água que temos de falar e de agir com a celeridade que a situação requer, para além dos dados estatísticos.

O Ministério da Agricultura tem de



perceber que não pode protelar por mais tempo respostas estruturadas para a agricultura alentejana. Tomando em linha de conta o estado em que se encontra, o ano de 2013, quando termina o próximo Quadro Comunitário de Apoio, é já amanhã.

Mesmo sabendo como o tempo é curto, continuamos a remendar respostas de circunstância para problemas que são estruturais.

Não basta disponibilizar apoios bonificados. Os agricultores têm saber qual é o seu papel na economia nacional. Não podemos continuar a assistir à descapitalização do sector e ao abandono da actividade agrícola, para deixar o terreno livre para os empresários que chegam do outro lado da fronteira.

O resultado está à vista. Continuamos a assistir à subalterização da agricultura alentejana aos modelos importados. A dinâmica revela-se imparável. As consequências vamos discuti-las dentro de uma década, quando já for tarde.

Que a seca possa despertar outro tipo de sensibilidade da parte do Governo, para os problemas concretos do sector, é a expectativa que resta. Os agricultores

não querem que num próximo ano hidrológico desgraçado, tenham de voltar a debater as mesmas questões, a reivindicar os apoios que são sempre escassos, a apelar à sensibilidade de quem governa.

Não resisto em deixar a seguinte questão. E se o próximo Outono e Inverno tivermos uma situação equivalente à que estamos a viver?

Dizer que logo se vê, ou que ainda não chegámos lá, significa manter o laxismo, a apatia, a indiferença, com os resultados que se conhecem.

Esta sina tem de acabar. Há muito que os agricultores já o disseram. Mas a resposta que recebem é sempre a mesma, nos mesmos moldes e com as mesmas justificações.

Mais do mesmo, já chega. É urgente colocar um ponto final.

Poucas circunstâncias históricas justificaram, como a que estamos a viver, o gesto que Rafael Bordalo Pinheiro transmitiu à figura do Zé Povinho.

Que a sub comissão de Agricultura possa contribuir para a mudança é o apelo que aqui deixo, esperando que as suas observações e considerandos, não caiam em saco roto. – PSD/Beja



Candidato a Alenquer em trabalho de campo

O candidato à Câmara de Alenquer, apoiado pelo PSD, Nuno Coelho, e a sua equipa "Pela Nossa Terra", visitaram a Freguesia de Vila Verde dos Francos onde contactaram com a população e tiveram oportunidade de se inteirar da realidade local.

Ficou patente a esperança de que os problemas sucessivamente adiados tenham finalmente o ponto de partida para uma solução eficaz e duradoura.

- PSD/Alenquer

Na Região Autónoma da Madeira PSD/M apresenta voto de protesto contra Governo de Sócrates

O PSD/Madeira apresentou quarta-feira, na Assembleia Legislativa, um voto de protesto contra o Governo do PS, em que acusa o secretário de Estado da Justiça, Conde Rodrigues, de utilizar uma visita à região para fins eleitorais.

No voto, que é assinado pelo líder da bancada da maioria, Jaime Ramos, o PSD critica Conde Rodrigues por ter feito uma reunião com o líder do PS-M, Jacinto Serrão, e com o candidato socialista à Câmara do Funchal, Carlos Pereira, aproveitando uma deslocação oficial “para efeitos eleitorais e político-partidários”.

Segundo a bancada do PSD-M, há “uma gritante falta de sentido de Estado” do Governo da República, que “pede contenção ao povo português” e depois utiliza “viagens de Estado para efeitos político-partidários, que não têm de ser pagos dos bolsos dos contribuintes”.

Um outro voto de protesto do PSD respeita aos incidentes registados na Reserva Natural da Selvagem Pequena, a 08 de Junho, quando um vigilante do Parque Natural da Madeira e um biólogo foram ameaçados por pescadores furtivos alegadamente espanhóis.

O grupo parlamentar laranja realça que “estes incidentes, gravíssimos, vêm mais uma vez provar a justeza e urgência do reforço de meios para a fiscalização da Zona Económica Exclusiva da Região Autónoma da Madeira no geral, e de apoio às ilhas Selvagens em particular”.

Por isso, o PSD adianta que esse reforço passa “especificamente pelo cumprimento do dever imperativo do Estado português de dotar a Região de um helicóptero com autonomia necessária”. - **Fonte: Lusa**



Notícias de Portimão

João Amado, candidato autárquico, visita terra abandonada pelo PS

No passado Sábado, João Amado, cabeça de lista da Coligação Portimão Primeiro, efectuou uma visita aos Montes de Alvor acompanhado por vários elementos da sua equipa.

Do contacto com a população registou-se o sentimento de que esta povoação não passa de um “parente pobre”, tendo sido ouvidas inúmeras queixas relativas ao esquecimento, abandono e desprezo a que tem vindo a ser votada ao longo dos anos.

De todas as promessas não cumpridas pelo PS, e foram muitas, os moradores lembram em particular as vias de comunicação que continuam a não existir como, por exemplo, a V10 (Alvor – Montes de Alvor – Penina), a ausência de mecanismos limitadores de velocidade (pondo em risco a segurança dos jovens que se deslocam ao Polidesportivo), os arruamentos e passeios de que continuam à espera, a total degradação em que se encontra, há vários anos, o parque infantil junto do Jardim-de-infância e o apoio condigno aos idosos.

Nada daquilo que, desde há muito, tem vindo a ser prometido pelo PS foi cumprido. Assim, sem grande esforço, aos candidatos socialistas basta fotocopiar o programa eleitoral de 2001/2005 e, na esperança de que o povo tenha memória curta, voltar a prometer exactamente o mesmo para 2005/2009.

Aos habitantes dos Montes de Alvor, absolutamente descontentes e inconformados com a total inoperância, característica dos executivos do PS que têm comandado os destinos da Câmara Municipal de Portimão, João Amado deixou claro que se propõe alterar, com trabalho sério, rigor e respeito pelas necessidades de todos os munícipes deste Concelho, a rota de um “barco” que agora pretende ter rumo, mas que tem andado à deriva.
- **Gab. Cand.**





Distrito de Setúbal (JSD)

«Esquecimento Autárquico» e outras iniciativas

No seguimento do Projecto Autárquico que a CPD/JSD de Setúbal tem levado a cabo, no dia 25 de Junho às 10 e 30 da manhã, e no dia 2 deste mês, à mesma hora, realizaram-se mais duas Homenagens ao Esquecimento Autárquico, nos concelhos de Almada e Montijo, respectivamente.

É uma forma original e apelativa de alertar para promessas não cumpridas, ou de actos de gestão danosos para os verdadeiros interesses dos munícipes, desmascarando, também, a forma pouco séria como os actuais responsáveis procuram ocultar, das populações, opções que vão contra os melhores interesses da comunidade.

Foi o caso no concelho de Almada, com a «inauguração» da Avenida Maria Emilia de Sousa, uma autarca que tem revelado a forma monolítica, ultrapassada e autoritária, como encara o desempenho do seu cargo autárquico.

Assim é, porque quem fala em Democracia e Opções Participadas (*mas apenas respeita e ouve quem com ela partilha a cartilha oficial do seu Partido, assistindo de forma impávida e serena aos insultos proferidos pelos seus patidários e “homens de mão”, dirigidos a todos aqueles que acham que Almada ganharia com outras opções e um outro modelo de desenvolvimento*), não se pode classificar como democrata.

Assim é, porque quem acha que uma cidade como Almada (com uma morfologia urbana peculiar e desordenada), pode contemplar um projecto de Metro Ligeiro de Superfície (sem qualquer troço subterrâneo) que reduz a capacidade de circulação automóvel, e que propõe que parte da única avenida da cidade seja pedonal (com o caos que isso comporta), só demonstra que copiar o que outros fazem, sem adaptar à realidade, é falta de visão e irresponsabilidade.

E o que dizer das opções para os antigos terrenos da Lisnave, em que depois de uma guerra com o promotor da chamada “Manhattan de Cacilhas”, porque se achava (e bem) que aquela zona devia contemplar construções de baixa cota, que não formassem paredes com impacto visual inaceitável, agora, promove (e muito mal) um projecto que contempla a edificação de 2 ou 3 torres de 35 pisos.

Um contra-senso que só se explica na forma como se privilegia as entradas de dinheiro provenientes dos construtores civis, em detrimento da qualidade de vida dos Almadenses.

Afinal, a única coisa de baixa cota, é a prática e política autárquica da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Almada, que continua a pregar valentes rasteiras a Almada e aos Almadenses.

Por isso não podíamos deixar de “homenagear” a Autarca e a sua “Obra”, que tem feito com que um concelho com tantas potencialidades, **crezca** mas que **não se desenvolva**, prometendo-nos o Céu e fazendo-nos descer ao Inferno da falta de qualidade de vida.

Outras iniciativas da JSD de Setúbal

Para além disso, a Comissão Política Distrital de Setúbal da JSD

organizou no Domingo, às 10 horas, um Torneio de Laser Tag (“Paintball” a Laser), junto ao Pavilhão do Grupo Fabril no Barreiro.

O torneio comportava equipas de 5 elementos, e foi seguido de uma churrascada de confraternização.

No dia 23, ao meio-dia, haverá a registar os “Jogos de Praia”, que terão lugar na Costa de Caparica, podendo os interessados inscrever-se até ao dia 22.

A “Jota” espera a comparência de todos! – CPD/JSD - Setúbal

PSD em Paris: Novos órgãos de direcção

No passado dia 25 de Junho, foram eleitos os órgãos directivos da Secção de Paris (França) do PSD, sendo a composição desses órgãos a seguinte:

Comissão Política de Secção

Presidente

– Carlos Gonçalves.

Vice-Presidentes

– Jorge Silva e Rodrigo Galveias.

Tesoureiro

– António Amorim

Vogais

– Paulo Marques, David Gomes, Fátima Cardetas, Américo Couceiro, Manuel Oliveira, Ramiro Augusto e David Monteiro.

Na mesma data foi eleita a Mesa da Assembleia de Secção, que fica composta pelos nossos companheiros:

Presidente

– José Queiroz da Silva;

Vice-Presidente

– Joaquim Morais;

Secretária

– Elisabete Lourenço.





BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para uma reunião extraordinária, a realizar no dia 15 de Julho de 2005, sexta-feira pelas 21h00, na sede sita na Rua Miguel Pais, n.º39, Barreiro, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária;
3. Apreciação das candidaturas aos órgãos da Autarquia e apreciação e aprovação do Programa Eleitoral, de acordo com o estabelecido no artigo 50º n.º 2, alínea f) dos Estatutos Nacionais do PSD.

MAIA

Em cumprimento do artigo 51º e das alíneas a) e f) do ponto 2 do artigo 50º dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do PSD da Secção Concelhia de Mafra, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 22 de Julho de 2005 (6ª feira), pelas 21h00, no Auditório do Centro Comercial Venepor, sito na Rua Simon Bolívar, Maia, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação político-partidária (alínea a) do ponto 2 do artigo 50º);
2. Parecer sobre as candidaturas aos órgãos da Autarquia e aprovação do Programa Eleitoral (alínea f) do

Ponto 2 do artigo 50º.

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Murtosa, a participar na Assembleia de Secção, que terá lugar no próximo dia 15 de Julho de 2005, pelas 21h00, no salão da Junta de Freguesia da Murtosa, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação Política e Partidária;
3. Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias locais e aprovar o respectivo programa eleitoral.

NÚCLEO DE MAFAMUDE

Ao abrigo das devidas disposições estatutárias, venho convocar a Assembleia de Núcleo de Mafamude, para reunir em Sessão Ordinária no dia 12 de Julho de 2005, pelas 21h30, na sede Concelhia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Discussão e aprovação do documento estratégico "Mafamude XXI";
2. Análise e discussão da situação política.

ODIVELAS

Nos termos do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Odivelas, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 27 de Julho de 2005, quarta-feira, pelas 21h00, na sede da secção sita na

Rua Alfredo Roque Gameiro, 11 - c/ v dta, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Emissão de Parecer sobre as candidaturas a apresentar pelo PSD aos órgãos das Autarquias Locais do Concelho de Odivelas, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 50º dos Estatutos do PSD;
2. Votação do programa Eleitoral a apresentar pelo PSD aos órgãos das Autarquias Locais do Concelho de Odivelas, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 50º dos Estatutos do PSD;
3. Informações.

NÚCLEO DE FÁTIMA SECÇÃO B

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de N.ª Sr.ª de Fátima, para reunir no próximo dia 14 de Julho, pelas 21h15, na sede da Secção B, sita no Campo Pequeno, 16 - 3º, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos

Ponto único - Eleições Autárquicas

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos e dos Regulamentos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Pombal, para uma reunião ordinária a realizar no próximo dia 14 de Julho de 2005, quinta-feira, pelas 21h00, na sede, Rua Dr. Luís Torres, 4-2º, em Pombal, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Período antes da ordem do dia;
2. Informações da Presidente da CPS acerca das actividades da Secção;
3. Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos autárquicos concelhios;

4. Apreciação do Programa Eleitoral;
- Análise da situação Política-partidária.

SECÇÃO A

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para uma reunião a realizar no dia 14 de Julho de 2005, pelas 21h00, a ter lugar na sede da Secção (rua República da Bolívia, n.º 53 - 1º dto), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
- Dar parecer, nos termos do estipulado no n.º 2 alínea f) do artigo 50º dos Estatutos Nacionais do PSD.



Seixal

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD do Seixal, a realizar no próximo dia 21 de Julho de 2005, pelas 21h00, na Sede, sita na Rua do MFA, n.º 11, no Seixal, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Apreciação da Lista de Candidatos às Autárquicas 2005;
- 3- Análise da Situação Política e partidária.

Leia, assine e divulgue

POVO LIVRE

| TABELA DE ASSINATURAS | |
|---|--------------------------------------|
| Continente | Regiões Autónomas |
| 6 meses.....16,21€ | 6 meses.....22,45 € |
| 12 meses.....29,93€ | 12 meses.....38,91 € |
| Apoio.....59,86€ | |
| Estrangeiro | |
| | semestral anual |
| Espanha..... | 22,45 € 38,91 € |
| Europa, Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Macau..... | 29,93 € 64,84 € |
| Outros Países..... | 59,86 € 94,77 € |

| BOLETIM DE ASSINATURA | |
|--|--|
| PSD - Rua de São Caetano à Lapa, 9 - 1200 Lisboa CODEX - Tel. 21 395 21 40 | |
| Nome: _____ | |
| Morada: _____ | |
| Freguesia: _____ | |
| Cód. Postal: _____ Localidade: _____ | |
| Assinatura: <input type="checkbox"/> Nova <input type="checkbox"/> Renovação <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual | |
| Militante nº _____ | |
| Junto envio cheque nº: _____ | |
| Segue Vale correio nº: _____ | |
| Junto numerário no valor de: _____ | |
| Assinatura | |

Receba semanalmente o Órgão Oficial do Partido

O que é o Comité Económico e Social Europeu?

Os TSD, por intermédio de Alfredo Correia, seu Secretário Executivo, que é também Secretário Nacional da UGT, representa esta estrutura confederativa sindical no Comité Económico e Social Europeu (CESE).

Iremos publicar alguns textos seus referentes a actividades importantes do CESE e com interesse para todos os filiados na nossa estrutura.

Importa, no entanto, familiarizar os leitores do "Povo Livre" com o CESE, o que é, quem o constitui e o que representa no seio da União Europeia.

As Origens do CESE

Criado em 1957 pelo Tratado de Roma, o CESE é um órgão de natureza consultiva composto pelos representantes dos empregadores, sindicatos, agricultores, consumidores e outros grupos de interesses que no seu conjunto formam a denominada «sociedade civil organizada». O CESE emite pareceres e defende os seus interesses na discussão das políticas com a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu.

O CESE é, pois, uma ponte entre a União e os seus cidadãos, fomentando, através das suas actividades, uma sociedade mais participativa, mais integradora e, conseqüentemente, mais democrática na Europa.

O Comité faz parte integrante do processo de tomada de decisões da UE, sendo obrigatoriamente consultado antes da adopção de decisões de política económica e social. Pode também emitir pareceres por sua iniciativa sobre matérias que considere importantes.

Como é constituído o CESE?

Até à adesão dos novos Estados membros, o CESE era composto por 222 membros - o número respeitante a cada país da UE reflecte de forma aproximada o seu número de habitantes. Os membros do Comité estão distribuídos do seguinte modo:

Alemanha, França, Itália e Reino Unido 24; Espanha 21; Bélgica, Grécia, Países Baixos, Áustria, Portugal e Suécia, 12; Dinamarca, Irlanda e Finlândia, 9; Luxemburgo, 6.

O número de representantes por país não sofreu alterações com o alargamento, mas deram entrada no Comité os representantes dos novos Estados membros, cuja repartição é a seguinte: Polónia, 21; República Checa e Hungria, 12; Lituânia e Eslováquia, 9; Estónia, Letónia e Eslovénia, 7; Chipre, 6; Malta, 5. Após o alargamento, o Comité ficou com um total de 317 membros.

Os membros do Comité são nomeados pelos governos dos Estados membros por um período de quatro anos, mas exercem as suas funções com plena independência. Os mandatos podem ser renovados.

O Comité reúne em Assembleia Plenária e os seus debates são preparados por seis subcomités, conhecidos por «secções», especializados nas diversas áreas políticas. O Comité designa, de entre os seus membros, o Presidente e os Vice-Presidentes por um período de dois anos.

O que faz o CESE?

O Comité Económico e Social Europeu desempenha três funções principais:

- dirigir pareceres ao Conselho, Comissão e Parlamento Europeu, quer a pedido destes, quer por sua própria iniciativa;
- incentivar a sociedade civil a empenhar-se mais no desenvolvimento das políticas da UE;
- reforçar o papel da sociedade civil nos países terceiros, ajudando a criar nessas países estruturas consultivas similares.

Quem são os membros do CESE?

Os membros do Comité, que desenvolvem as suas actividades profissionais principalmente nos países de origem, estão organizados em três grupos: os Empregadores, os Trabalhadores e os Interesses Diversos.

O Grupo dos Empregadores é composto por representantes dos sectores público e privado da indústria, das pequenas e médias empresas, das câmaras de comércio, do comércio grossista e retalhista, da banca e dos seguros, dos transportes e da agricultura.

O Grupo dos Trabalhadores representa todas as categorias de trabalhadores, dos manuais aos executivos. Os seus membros são oriundos das organizações sindicais nacionais.

O Grupo dos Interesses Diversos reúne um leque diversificado de representantes da sociedade civil: ONG, organizações de agricultores, de pequenas empresas, de artesanato e de profissões liberais, cooperativas e associações sem fins lucrativos, organizações de defesa dos consumidores e de protecção do ambiente, membros das comunidades científica e académica e associações de famílias, de mulheres, de pessoas com deficiência, etc. - PR

AGENDA SOCIAL 2006 a 2010

De acordo com a comunicação da Comissão Europeia-COM(2005) 33 final- "o projecto que nos une" consiste em assegurar o desenvolvimento sustentável da Europa com base num crescimento económico equilibrado e na estabilidade de preços, numa economia de mercado social competitiva, visando o pleno emprego e o progresso social, e num elevado nível de protecção e melhoria da qualidade do ambiente.

"Uma Europa social na economia global - emprego e oportunidade para todos" é o lema desta segunda fase da Agenda Social que se prolonga até 2010, objecto desta comunicação da Comissão, a que o Comité Económico e Social Europeu foi chamado a dar parecer e que hoje vos quero divulgar. De acordo com esta comunicação a Comissão reafirma o seu pleno empenhamento na modernização e no desenvolvimento do modelo social europeu, bem como na promoção da coesão social, enquanto parte integrante da Estratégia de Lisboa e da estratégia de desenvolvimento sustentável, definindo as prioridades pelas quais neste domínio se deverá pautar a acção da União Europeia. Esta revisão da Agenda Social acentua a tónica do crescimento e do emprego. Trata-se agora de aperfeiçoar a execução das acções previstas na Agenda Social com base em princípios que provaram a sua eficácia e que deverão permitir:

- Prosseguir uma abordagem europeia integrada que garanta uma interacção positiva das políticas económica, social e de emprego;

- Promover a qualidade do emprego, da política social e das relações laborais, o que permite desenvolver o capital humano e social;

- Modernizar os sistemas de protecção social com base na solidariedade e reforçando o seu papel de factor produtivo, adaptando-os em resposta às actuais exigências das sociedades;

- Ter em conta os "custos da ausência de política social".

A mais valia da Agenda social é incontestável. Permite facilitar a modernização dos sistemas nacionais num contexto de profundas mutações económicas e sociais e apoia o funcionamento harmonioso do mercado único, garantindo o respeito pelos direitos fundamentais e os valores comuns. A Agenda desenvolve uma estratégia em duas vertentes.

- Em primeiro lugar realça o seu papel no reforço da confiança dos cidadãos. Esta confiança revela-se essencial para gerir o processo de mudança e tem uma acção crucial no fomento do crescimento económico. A Agenda descreve a combinação de instrumentos comunitários para aperfeiçoar a qualidade da sua execução e apresenta, neste contexto, três condições essenciais para o sucesso: uma abordagem intergeracional, uma parceria para a mudança e a necessidade de aproveitar as oportunidades proporcionadas pela globalização.

- Em segundo lugar, apresenta medidas fundamentais no âmbito de dois grandes temas abrangidos pelos objectivos estratégicos da Comissão para 2005-2009: o emprego (objectivo prosperidade) e, associadas a esta área, a igualdade de oportunidades e a inclusão (objectivo solidariedade). A Agenda conjuga a consolidação de um quadro europeu comum com a realização de acções diversificadas em resposta a necessidades específicas.

O CESE está ciente que são grandes as expectativas centradas na nova Agenda Social para o período 2006 a 2010. No momento em que se faz a revisão intercalar da Estratégia de Lisboa, trata-se de trazer para o primeiro plano a importância da política social na realização dos objectivos de Lisboa. É imprescindível concretizar a pretensão da Estratégia de Lisboa de associar a melhoria da competitividade e o aumento do crescimento económico à criação de mais e melhores empregos e o reforço da coesão social. Para tanto é necessária uma política europeia que vise, com igual empenhamento, a consecução destes objectivos, reajustando a Estratégia de Lisboa à abordagem inicial. As políticas económica, social, de emprego e ambiental devem interagir de forma equilibrada para assegurar a realização sustentável do modelo social europeu.

Contrariamente à opinião, muitas vezes defendida, segundo a qual uma despesa social elevada é contrária aos objectivos, os dados empíricos de vários países europeus revelam o inverso. Segundo um estudo do Centro de Política Europeia, de 2004, Suécia, Dinamarca, Áustria, Luxemburgo e Países Baixos acusam não só um rendimento económico relativamente elevado mas também um elevado nível de protecção social. De igual modo países que, no ranking internacional de competitividade do Fórum Económico Mundial, ocupam posições de destaque, apresentam investimentos elevados na política social e nos sistemas de protecção social, demonstrando ao mesmo tempo níveis elevados de emprego e níveis reduzidos de pobreza após as transferências sociais.

O CESE lamenta que a nova Agenda Social contenha menos medidas concretas do que as suas predecessoras, o que torna difícil a apreciação, pois nem sempre se consegue identificar em que direcção política apontam as propostas. Isto aplica-se especialmente à legislação social, domínio em que a Comissão se limita à revisão das directivas em vigor, praticamente não apresentando propostas novas. O CESE espera, pois, que o quadro estratégico seja acompanhado de medidas concretas. Entende que a nova Agenda Social deve ser articulada com um programa de acção para os próximos cinco anos. A orientação a seguir deve ser a dos direitos sociais fundamentais consagrados na futura Constituição Europeia. Com esta base, o programa de acção social deverá incluir propostas para a revisão das directivas existentes, bem como propostas de novas directivas, abrangendo ao mesmo tempo os debates e medidas de coordenação já previstos para o desenvolvimento da política social europeia.

Do ponto de vista do CESE, o importante, no quadro da revisão intercalar da Estratégia de Lisboa, é dar visibilidade à política social europeia e ao seu papel produtivo na promoção do crescimento e do emprego. - **Alfredo Correia, Membro do Secretariado Executivo dos TSD, Representante da UGT no Conselho Económico e Social da União Europeia**

Em Cascais

Terminou o 1º Curso de Formação de Autarcas, uma iniciativa de sucesso da Secção local do nosso Partido



Foi com grande orgulho e satisfação, que a Comissão Política da Secção do Partido Social-Democrata de Cascais, deu por terminado o seu primeiro «Curso de Formação de Autarcas – Cascais 2005», de acordo com a linha de rumo seguida por esta estrutura, na qual sempre defendemos que **«É urgente defender e apoiar a implementação de uma política de formação, virada para as necessidades do mercado de trabalho e para a realização do indivíduo, enquanto ser social. (da moção ‘Novas Atitudes’)**»

Trata-se precisamente daquilo em que acreditamos e procuramos instituir em Cascais. Pretendemos, sobretudo, dar oportunidades a todos os militantes e simpatizantes do nosso Partido que, por um lado, tenham vontade de ser Autarcas no Concelho de Cascais, e por outro, desejem adquirir uma formação política aprofundada sobre as matérias relacionadas com o exercício da actividade política autárquica.

Inicialmente o curso foi dado a conhecer através do site criado para o efeito e onde se poderia proceder às inscrições: www.formacaopsdcascais.com.

O processo de selecção de candidatos revelou-se uma tarefa árdua, uma vez que para as 90 vagas iniciais previstas, existiam cerca de 250 candidaturas, das quais foram seleccionados, com base em critérios curriculares, 154 participantes.

Destá forma pretendemos abrir o Partido a todos os militantes e também a Independentes com valor para o nosso Partido, revolucionando assim a forma de fazer política no Concelho de Cascais. É nossa intenção dotar todos os potenciais Autarcas das ferramentas e dos conceitos fundamentais para o desempenho com excelência das suas funções, em prol de todos os Cascaenses; e este curso revelou-se um passo decisivo nesse sentido.

Terminado o processo de selecção de candidatos, deu-se início ao «Curso de Formação de Autarcas – Cascais 2005», na Freguesia de São Domingos de Rana, no passado dia 16 de Abril de 2005.

No momento da credenciação, os Formandos seleccionados receberam uma pasta de documentos e uma pasta com material de apoio, incluindo o livro dos Formandos, e a primeira edição do Jornal interno do Curso de Formação de Autarcas – Cascais 2005: «Jornal Cidadania».

Depois da abertura dos trabalhos, com as intervenções do Presidente do PSD de Cascais, Dr. Carlos Carreiras, e do Director do Curso, Dr. Ricardo Baptista Leite, seguiram-se os módulos de formação previstos, com constante interacção entre formadores e formandos:

1 - Cascais no século XXI – suas veredas e raízes: Professor Doutor José

d'Encarnação

2 - Estado de Direito Democrático – Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

3 - Princípio Básicos do Direito e Código de Procedimento Administrativo – Doutor Pedro Amaral e Almeida

4 - Gestão Pública no Século XXI – Professor Doutor António Borges

O programa do Curso seguiu-se ao longo de vários dias (7, 26 e 28 de Maio e 18 de Junho), sempre com elevados níveis de qualidade, e com a seguinte distribuição: Gestão de Recursos Humanos e Liderança – Dr. Carlos Carreiras; Fontes de Financiamento – Dra. Teresa Zambujo; Direcção e Participação em Assembleias – Dr. Pedro Campilho; Social-Democracia e sua aplicação a nível Autárquico – Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa; Planeamento e Ordenamento do Território – Eng.º Carlos Pimenta; Boas práticas na Oposição – Dr. Pedro Passos Coelho; Gestão da Agenda Autárquica – Dr. Carlos Carreiras; Como preparar, gerir e analisar um Orçamento Público – Professora Doutora Manuela Ferreira Leite; Boas Práticas no Poder – Dr. Luís Marques Guedes; Poder Regional – Dr. João Bosco Mota Amaral; Princípios de Comunicação com os eleitores, cidadãos e comunicação social – Dr. Einhart Jácome da Paz

No final de cada dia de Formação, os grupos reuniam-se para executarem tarefas previamente definidas e na tarde do último dia do Curso, participaram numa sessão de Simulação de Assembleia Municipal que decorreu no próprio edifício da Assembleia Municipal de Cascais.

Por fim, depois dos formandos terem participado na avaliação global do curso e terem preenchido um inquérito sobre o seu funcionamento, prepararam-se todos para receber o Presidente do PSD, Dr. Luís Marques Mendes no Jantar de Encerramento do Curso de Formação de Autarcas – Cascais 2005. No referido jantar, Luís Marques Mendes, Presidente do PSD; António Capucho Presidente da Câmara Municipal de Cascais e Luís Marques Guedes, Presidente da Bancada Parlamentar do PSD, procederam à entrega de Diplomas de Participação aos formandos do Curso.

Seguidamente ao Jantar foi feito o lançamento da candidatura de António Capucho à Presidência da Câmara Municipal de Cascais e a apresentação dos cabeças de lista do PSD, às Juntas de Freguesia do Concelho de Cascais, com intervenção do Presidente do Partido, acontecimento de que demos notícia especial na nossa anterior edição. – **Gab. Imp. PSD/Cascais**

